



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto Lei nº 341/2013

Declara de Utilidade Pública o  
Centro de Avaliação Diagnóstica  
Educativa de Paranaguá –  
CADEP, com sede e foro no  
Município de Paranaguá.

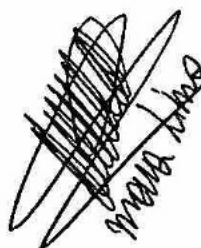
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o Centro de  
Avaliação Diagnóstica Educativa de Paranaguá – CADEP, com  
sede e foro no Município de Paranaguá.

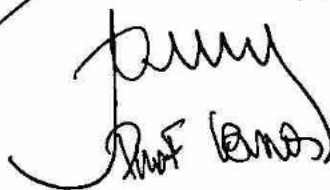
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *este está*

  
Maria Lina

  
Prof. Lina



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2014**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis estaduais.

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado do Paraná, obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º As disposições desta Lei Complementar serão aplicadas, no que couber:

- I - às emendas à Constituição;
- II - às leis complementares;
- III - às leis ordinárias;
- IV - aos decretos legislativos;
- V - às resoluções;
- VI - às leis delegadas.

§ 2º Para os fins desta Lei Complementar o termo "leis" compreenderá todos os atos normativos estaduais citados no § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 3º As disposições desta Lei Complementar também poderão ser aplicadas aos atos normativos infralegais.

Art. 2º As leis serão numeradas sequencialmente em séries distintas e obedecerão a critérios de renovação provenientes dos respectivos órgãos de origem.

**CAPÍTULO II**  
**DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS**

**Seção I**  
**Da Estruturação**

Art. 3º As leis serão estruturadas em três partes:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando houver.

Art. 4º A epígrafe será escrita com letras maiúsculas, no centro da página, na primeira linha e em negrito, identificando a espécie de lei, seu número e a data de sua promulgação, obedecendo às seguintes regras:

I - não será utilizado o zero antes do número da lei bem como antes do número indicativo do dia na data;

II - o termo "Estadual" será dispensável, por se tratar de lei da mesma federação;

Art. 5º A ementa resumirá com clareza e precisão o conteúdo da lei, observando-se:

I - o seu texto será destacado com deslocamento do centro para a margem direita, sem recuo na primeira linha, sem aspas e com os caracteres na forma minúscula, utilizando-se o verbo na terceira pessoa do singular do presente do indicativo;

II - não deverá constar sigla na ementa, grafando-se por extenso a informação;

III - nos casos em que alterar norma em vigor, será feita referência ao número e ao objeto desta;

IV - o termo "e dá outras providências" só deverá ser utilizado quando a lei contiver providências complementares;

Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal e será grafado com letras minúsculas, em negrito.

Art. 7º A vigência da lei deve ser expressa e obedecerá ao seguinte:

I - tratando-se de matéria de grande impacto a vigência deverá ser futura, com vacância para a assimilação e ajuste de aplicabilidade;

II - em casos de matéria de pequeno impacto a vigência poderá ser imediata, a partir da data da publicação.

Art. 8º Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

§ 1º O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

§ 2º O objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação serão indicados em seu primeiro artigo.

§ 3º O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva.

## Seção II Da Articulação

Art. 9º A matéria a ser tratada na lei deverá ser desenvolvida, conforme a necessidade, obedecendo à seguinte ordem:

I - artigo;

II - parágrafo;

III - inciso;

IV - alínea;

V - item.

Art. 10. A unidade básica de articulação dos textos legais será o artigo, aplicando-se a ele as seguintes disposições:

I – será indicado pela abreviatura Art. com numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;

II – sua numeração será separada do texto por um espaço em branco, sem traços ou outros sinais;

III - seu texto iniciará com letra maiúscula, podendo terminar com:

a) ponto;

b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas;

IV - havendo citação de artigo no transcorrer do texto, será usada a abreviatura art. seguindo as mesmas disposições do inciso I deste artigo;

V - tratando-se de remissão a artigo que não contenha indicação numérica, a palavra será escrita por extenso;

VI – poderá ser desdobrado em parágrafo e/ou inciso.

Art. 11. O parágrafo compreenderá uma das divisões do artigo, complementando o sentido ou abrindo exceções à norma, e atenderá às seguintes disposições:

I - será representado pelo sinal gráfico §, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhado de ponto, a partir do décimo;

II – quando existente apenas um parágrafo no artigo, será utilizada a expressão “Parágrafo único” por extenso;

III – seu texto iniciará com letra maiúscula, podendo terminar com:

a) ponto;

b) dois pontos, quando se desdobrar em incisos;

IV - sua numeração será separada do texto por um espaço em branco, sem traços, pontos ou outros sinais;

V – poderá ser desdobrado em incisos.

Art. 12. O inciso será usado para exprimir enumerações relacionadas ao *caput* do artigo ou ao parágrafo, possuindo as seguintes regras:

I – será indicado por algarismos romanos seguidos de hífen e separado do algarismo e do texto por um espaço em branco;

II - seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:

a) ponto e vírgula;

b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas;

c) ponto, caso seja o último;

III – poderá ser desdobrado em alíneas.

Art. 13. A alínea será usada para enumerações relativas ao texto do inciso e seguirá as seguintes regras:

I - será indicada por letras minúsculas, seguindo o alfabeto e acompanhadas de semi-parênteses, separada do texto por um espaço em branco;

II – seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:

a) ponto e vírgula;

b) dois pontos, quando se desdobrar em item;

c) ponto, caso seja a última.

III – poderá se desdobrar em itens.

Art. 14. O item será usado para enumerações relativas ao texto da alínea, obedecendo às seguintes disposições:

I – será representado por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separado do texto por um espaço em branco;

II – seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:

- a) ponto e vírgula;
- b) ponto, caso seja o último.

Art. 15. O agrupamento de artigos constituirá Subseção; o de Subseções, Seção; o de Seções, Capítulo; o de Capítulos, Título; o de Títulos, Livro; e o de Livros, Parte, atendendo às seguintes regras:

I - as Subseções e as Seções serão identificadas por algarismos romanos, postas em negrito e iniciando com letra maiúscula;

II - os Capítulos, os Títulos, os Livros e as Partes serão identificados por algarismos romanos, sem negrito e grafados em letras maiúsculas;

III – as Partes poderão se desdobrar em Parte Geral e Parte Especial ou serem subdividas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso.

Parágrafo único. A composição prevista no *caput* deste artigo poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais e Disposições Transitórias.

### Seção III Da Redação

Art. 16. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observado o seguinte:

I - para obtenção de clareza:

a) usar as palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar uma frase por artigo, de forma curta e concisa;

c) construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo futuro do presente ou presente do indicativo;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinônimos com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que possibilite duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais e palavras estrangeiras;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar as palavras e as expressões em latim ou em outras línguas estrangeiras em itálico;

g) expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso, entre parênteses;

h) exceto data, número de ato normativo, valores monetários e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto, quaisquer referências a números, percentuais e prazos observará a regra:

1. quando a forma extensa formar apenas uma palavra, o número será grafado apenas por extenso;

2. nos casos em que formar duas ou mais palavras, deverá constar o número cardinal seguido do extenso entre parênteses;

i) empregar nas datas as seguintes formas:

1. os números não serão precedidos de zero;

2. nas referências ao primeiro dia do mês, será utilizado número ordinal;

3. a indicação dos anos será grafada sem o ponto entre as casas do milhar e da centena;

j) fazer a remissão aos atos normativos da seguinte forma:

1. na ementa, no preâmbulo, na primeira remissão e na cláusula de revogação a lei será grafada indicando o seu número, com ponto entre as casas do milhar e da centena, seguido de vírgula e da data de promulgação, com dia e ano em algarismos arábicos e mês por extenso;

2. após a primeira remissão, a lei deverá ser grafada indicando o seu número, com ponto entre as casas do milhar e da centena, seguido de vírgula, da expressão "de" e do ano em algarismo arábico;

k) na remissão a partes da lei, transcrever o número do item, alínea, inciso ou paragrafo citado, evitando-se o termo "anterior" ou "posterior";

l) quando houver cláusula que fixe o dia da publicação como termo inicial de vigência da lei, deve ser utilizada a fórmula "entra em vigor na data de sua publicação";

m) apenas quando houver remissão em uma lei para outra de unidade federativa diferente deverá constar a expressão "Lei Municipal", "Lei Estadual" ou "Lei Federal";

n) na citação de leis, indicar o seu número e não apenas o nome da norma;

III - para obtenção de ordem lógica:

a) restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;

b) as citações de dispositivos legais deverão ocorrer na ordem inversa descrita nos incisos constantes no art. 9º desta Lei, do menor para o maior.

Art. 17. Quando a norma cominar sanção pecuniária, a mesma deve ser fixada em Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR, estabelecida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, e Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

#### Seção IV Da Alteração

Art. 18. A alteração das leis será feita por meio de substituição no próprio texto do dispositivo alterado ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

I - não pode ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

II - é vedada a renumeração de artigos ou unidades a ele superiores;

III - para o acréscimo de novos dispositivos entre os preceitos legais em vigor será utilizado o mesmo número do imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, sem a utilização de símbolos ou traços entre o preceito e a letra e com ponto em seguida da letra apenas quando o dispositivo for numerado de forma cardinal;

IV - é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, devendo a lei alterada manter esta indicação, seguida da expressão "revogado", "vetado", "declarado inconstitucional", conforme o caso;

V - o artigo em que houver dispositivo modificado deverá ser identificado, ao seu final, com as letras maiúsculas NR, que significam nova redação, entre parênteses;

VI - o texto legal deve ser reproduzido integralmente quando a alteração atingir a maioria dos artigos ou quando tenha sido precedida de sucessivas modificações no texto;

VII - nas citações de dispositivo legal não é necessária a transcrição das alterações nele ocorridas anteriormente.

#### **Seção V Da Revogação**

Art. 19. A cláusula de revogação, quando necessária, indicará expressamente as leis ou disposições legais revogadas, não sendo permitida a revogação genérica.

Art. 20. Na hipótese de revogação de várias leis, cada dispositivo a ser revogado deverá constar em um inciso.

Art. 21. A cláusula de revogação será disposta sempre após a cláusula de vigência da lei, excetuando-se os casos em que a lei for revogatória.

### **CAPÍTULO III DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS**

Art. 22. A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes à determinada matéria em um único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

Parágrafo único. As leis estaduais devem ser reunidas em codificações e em coletâneas integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo, juntamente com a Constituição Estadual, a Consolidação das Leis Estaduais Paranaenses.

Art. 23. A consolidação preservará o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, que poderão ser alterados nos seguintes casos:

- I – introdução de novas divisões do texto legal base;
- II – diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;
- III – fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;
- IV – atualização da denominação de órgãos e entidades da Administração Pública;
- V – atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados;
- VI – atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão prevista no art. 16 desta Lei, ou outro que legalmente venha a lhe substituir;
- VII – eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso da língua portuguesa;
- VIII – homogeneização terminológica do texto;
- IX – supressão expressamente fundamentada de dispositivos declarados inconstitucionais com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

Art. 24. No texto da lei de consolidação deverá constar a declaração expressa dos dispositivos por ela revogados.

Art. 25. Para a consolidação, o Poder Legislativo promoverá o levantamento da legislação estadual em vigor e formulará o competente projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados.

Parágrafo único. A Comissão Executiva, qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná poderá formular projeto de lei de consolidação.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

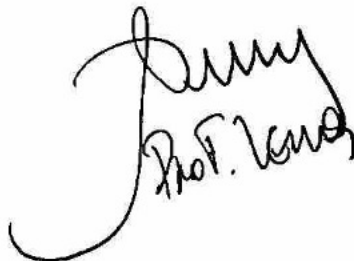
Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Maria Lina

  
Prof. Vitor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 146/2014

Institui o Dia Estadual do Atirador Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.


**Art. 1º** Institui o Dia Estadual do Atirador Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.

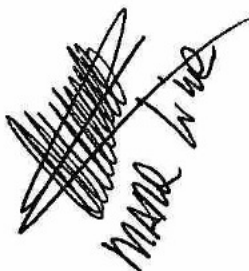
**Art. 2º** A data ora instituída passa a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

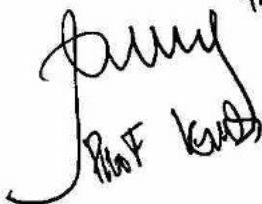
**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *Roberto Casan*

  
MANOEL LUIZ

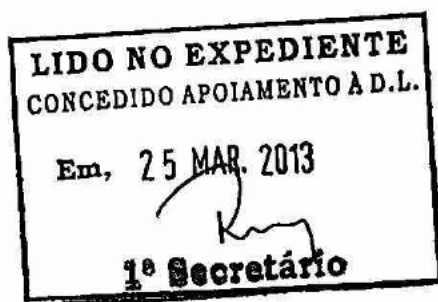
  
RUF KUB



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



**PROJETO DE LEI Nº 96/2013**




Declara de Utilidade Pública  
o Instituto da Leitura e da  
Informação, com sede e foro  
no Município de Maringá.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto da Leitura e da  
Informação, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2013.

  
**VALDIR ROSSONI**  
Deputado Estadual

  
**DR. BATISTA**  
Deputado Estadual



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



**JUSTIFICATIVA**

Fundado em 23 de abril de 2007, o Instituto da Leitura e da Informação é uma organização não governamental que tem por objetivos a promoção e o desenvolvimento cultural, especialmente o incentivo à leitura, a contribuição para o aprimoramento patrimonial, técnico, tecnológico e cultural das Bibliotecas Públicas Municipais de Maringá através da prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração e execução de projetos e empreendimentos culturais, além da capacitação e qualificação de recursos humanos através de treinamentos, cursos, seminários, dentre outros.

Também se propõe a canalizar benefícios de leis de incentivo à cultura para as Bibliotecas Públicas do Município, não possui fins lucrativos e admite como associados pessoas físicas ou jurídicas que se comprometam pessoal ou financeiramente para a consecução de seus objetivos sociais.

Isto posto, solicitamos o apoio dos nobres Pares à presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 96/2013**

**Projeto de Lei nº. 96/2013**

**Autores: Deputados Valdir Rossoni e Dr. Batista.**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **Instituto da Leitura e da Informação**, com sede e foro no Município de Maringá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto da Leitura e da Informação – I.L.I.**, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome e foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**

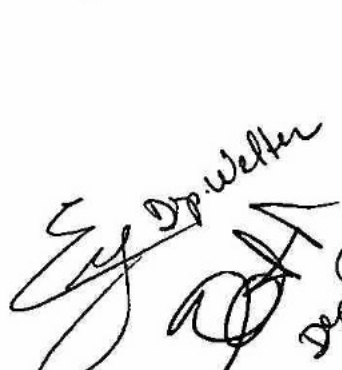

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**


  
**Dep. Luciani**

  
**Dep. Walter**  
  
**Dep. Pastor**

  
**Dep. Cali**  
  
**Dep. Gonçalves**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

21/05/14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 96/2013**

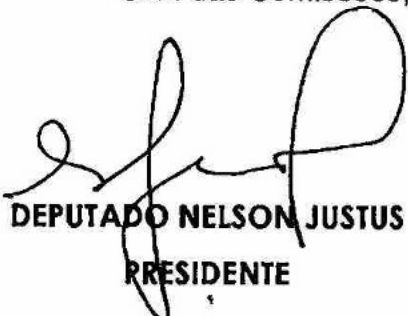
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 96/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública o **Instituto da Leitura e da Informação – I.L.I.**, com sede no município de Maringá e foro central da comarca da Região Metropolitana de Maringá.

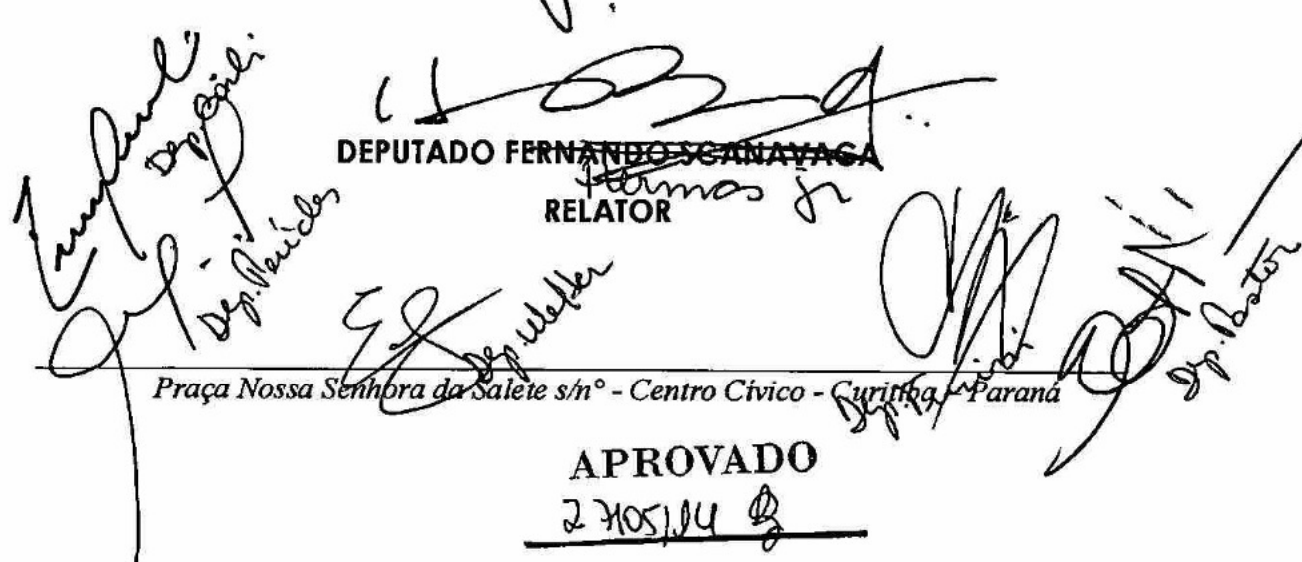
**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o **Instituto da Leitura e da Informação – I.L.I.**, com sede no município de Maringá e foro central da comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

27/05/14



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.  
Em, 09 JUL. 2013  
*[Assinatura]*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº. 291/13

**SÚMULA:** Proíbe o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

**Art. 1º** É proibido jogar filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

§ 1º Aplica-se a proibição do disposto no "caput" deste artigo aos filtros de cigarros, cigarrilhas ou de qualquer outro produto fumígeno derivado ou não do tabaco.

**Art. 2º** Os infratores desta lei sujeitar-se-ão à multa de 50,00 (cinquenta) UFIRs (unidade fiscal de referência), aplicada em dobro na reincidência, devendo este valor ser reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**Art. 3º** Os valores arrecadados com as multas decorrentes da aplicação desta lei serão destinados ao Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2013.

*[Assinatura]*  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº. 1 -

**SÚMULA:** Proíbe o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

## JUSTIFICATIVA

Os filtros de cigarros, também chamados de bitucas, são os lixos mais comuns em quaisquer lugares do mundo. Fumantes diariamente jogam essas bitucas em lugares públicos, sendo esta uma cena que se repete constantemente, principalmente no Brasil, onde é proibido o fumo em ambientes fechados. Em calçadas, praças, parques, ruas e até em rios e praias, são vistos esses resíduos.

De acordo com a ONG Cigarette Litter, são jogadas anualmente cerca de 4.5 trilhões de bitucas em espaços públicos. A Aliança de Controle do Tabagismo do Brasil (ACTBR) afirma que são produzidas 2,1 bitucas de cigarro por habitantes do planeta, e se forem considerados apenas os fumantes esse número salta para 7,7 bitucas por pessoa.

As bitucas de cigarros são um resíduo tóxico, uma vez que em sua composição possuem alcatrão, substância cancerígena. E entre outros prejuízos ambientais, lembramos que as bitucas demoram cerca de cinco anos para se decompor na natureza. Além disso, podem causar incêndios quando descartadas ainda acesas, hábito comum entre muitos fumantes. As bitucas entopem galerias pluviais e são transportadas pela chuva para cursos d'água, e atingem o oceano, onde acabam sendo engolidos por peixes, tartarugas e golfinhos, causando-lhes em muitos casos asfixia.

Este problema é pior do que se imagina. Um estudo realizado pelo professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), Aristides Almeida Rocha e pelo advogado Mario Albanese, Presidente da Associação de Defesa da Saúde dos Fumantes revela que duas bitucas de cigarro provocam a mesma quantidade de poluição que um litro de esgoto comum.

Deste modo, o presente Projeto de Lei objetiva obter avanços na qualidade de vida do cidadão Paranaense, além de colaborar com a limpeza de nossas vias, logradouros públicos e o ecossistema de forma macro ambiental.

Por fim, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação do presente Projeto de Lei, que visa proibir o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 291/2013**

**Projeto de Lei nº 291/2013**  
**Autor: Deputado Paranhos**

**Súmula:** Proíbe o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

**EMENTA:** PROÍBE O DESCARTE DE FILTRO DE CIGARRO NO CHÃO DAS VIAS, PRAÇAS, PARQUES E QUAISQUER OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. ART. 24, VI, CF. ART. 13, VI, CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, tem por finalidade proibir o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná. O legislador justifica que as bitucas de cigarros são um resíduo tóxico, uma vez que em sua composição possui alcatrão, substância cancerígena. E entre outros prejuízos ambientais, lembra que as bitucas demoram cerca de cinco anos para se decompor na natureza.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

VISTA EM

*Traiano*

CCJ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o assunto de DIREITO DO CONSUMIDOR, a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso VI, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**  
(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Como não poderia ser de forma contrária, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:  
(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a  
**CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**  
(grifos nossos)

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

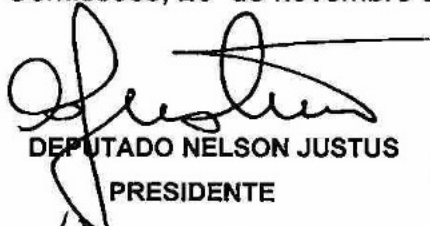
**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

**APROVADO**

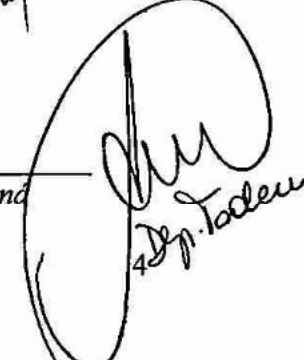
**11.02.13**

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Loupion

  
Dep. Tadeu

  
Dep. Cheli

  
Dep. Tuimari



Projeto de Lei nº 291/2013

Autor: Deputado PARANHOS

**Súmula:** Proíbe o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

## RELATÓRIO

- O Projeto de Lei nº 291/2013, de autoria do nobre Deputado Paranhos, tem por objetivo proibir o descarte de filtros de cigarros no chão de vias públicas, praças, parques e/ou quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná, para evitar a poluição ambiental. Em observação ao artigo 33, letra k, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais. Portanto, cabe sim a esta Comissão oferecer parecer sobre a matéria.

## FUNDAMENTAÇÃO

Mesmo considerando que a matéria do presente Projeto, guarde similitude com a Lei Estadual nº 17.230, de autoria do obre Deputado Rasca Rodrigues, onde:

*"Ficam estabelecidas normas para a instalação de coletores de bitucas de cigarros, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada das mesmas em locais públicos e com grande aglomeração de pessoas".*

- Considerando-se que quanto mais aperfeiçoarmos a legislação para proteger o meio ambiente em nosso Estado, mais, estaremos protegendo a nossa população.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 291/2013.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 2013.

Deputado CAITÔ QUINTANA  
Presidente

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Relatora

wilson

elton

Rasca



*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/2013**

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Paranhos, que proíbe o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo obter avanços na qualidade de vida do cidadão paranaense, além de colaborar com a limpeza de nossas vias, logradouros públicos e o ecossistema de forma macro ambiental.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de fevereiro de 2014.

*[Assinatura]*  
Wesley Moura

*[Assinatura]*

**Presidente**  
*[Assinatura]*  
**Relator**  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Estado de Governo

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 03/14**

**Súmula:** Revoga os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 161, de 2013.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Ficam revogados os incisos I, II, III e IX e os §§ 2º e 3º do artigo 1º da Lei Complementar n. 161, de 03 de outubro de 2013.

**Art. 2º** Ficam revogados a alínea "a" do § 1º e o § 2º do artigo 3º da Lei Complementar nº 161, de 2013.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

**Sistema Estadual de Legislação**

Pág. 034

Pesquisa Rápida

voltar

**Exibir Ato**

 Página para Impressão

Lei Complementar 161 - 03 de Outubro de 2013

**Alterado** Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 9057 de 3 de Outubro de 2013

**Súmula:** Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Os cargos de provimento em comissão de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, e o cargo de que trata o inciso III do art. 6º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, relativos às atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE, ficam transformados nas funções específicas abaixo, que passam a ser remuneradas de forma reduzida, nos termos desta Lei:

**I** - Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado;

**II** - Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais;

**III** - Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;

**IV** - Procuradores-Chefe perante os Tribunais Superiores;

**V** - Procuradores-Chefe de Procuradoria Especializada;

**VI** - Procuradores-Chefe de Coordenadoria;

**VII** - Procuradores-Chefe de Procuradoria Regional;

**VIII** - Procuradores-Chefe de Núcleo Jurídico da Administração;

**IX** - Procuradores-Assessor do Gabinete do Procurador-Geral;

**X** - Procurador-Tesoureiro do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado;

**XI** - Procuradores-Conselheiros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

**§ 1º.** Os ocupantes das funções serão designados pelo Procurador-Geral do Estado, observada a estrutura organizacional da PGE.

**§ 2º.** A função de Corregedor-Geral da PGE será exercida por Procurador do Estado ocupante de uma das duas classes mais elevadas da carreira, com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na carreira, dentre os integrantes de lista triplíce a ser elaborada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

**§ 3º.** As atribuições das funções previstas nos incisos II e III deste artigo dar-se-ão por delegação do Procurador-Geral do Estado, mediante ato específico.

**Art. 2º.** Fica instituída, conforme exigido pelo art. 135 da Constituição da República, a remuneração na forma de subsídio para os integrantes da carreira típica de Estado, de Procurador do Estado do Paraná, vedado o acréscimo de quaisquer outras verbas salvo as estabelecidas no art. 3º desta Lei.

**Parágrafo único.** Estão compreendidas no regime de subsídio, e por ele extintas, as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

**I** - vencimento básico;



**II** - adicional por tempo de serviço anterior à Emenda Constitucional nº 19;

**III** - adicional por tempo de serviço;

**IV** - gratificação de representação;

**V** - gratificação de prêmio de produtividade;

**VI** - vantagem pessoal;

**VII** - gratificação fixa de cargo de provimento em comissão;

**VIII** - gratificação prevista no Decreto nº 3.105, de 6 de maio de 1997;

**IX** - representação de gabinete DAS;

**X** - gratificação de representação tipo II;

**XI** - gratificação prevista na Lei nº 7.074, de 2 de janeiro de 1979;

**XII** - diferença de vencimentos Ministério Público-Tribunal de Contas;

**XIII** - diferença de remuneração da Lei nº 14.554, de 6 de dezembro de 2004;

**XIV** - função gratificada incorporada a proventos de aposentadoria e pensões.

**Art. 3º** O subsídio instituído por esta Lei não exclui o direito à percepção das seguintes verbas:

**I** - décimo terceiro salário, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual;

**II** - férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual;

**III** - diárias, na forma da legislação em vigor;

**IV** - retribuição pelo exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei, bem como pelo exercício de funções de Direção, Chefia e assessoramento em outros órgãos da Administração Pública;

**V** - ajuda de custo por remoção, de ofício ou a pedido, na forma da legislação em vigor;

**VI** - substituições, nos casos de afastamentos legais dos titulares das funções;

**VII** - abono permanência;

**VIII** - indenização pela utilização de veículo particular no exercício do cargo público;

**IX** - diferença de subsídio, na forma do art. 10 desta Lei;

**X** - ajuda de custo pelo exercício permanente das funções fora dos limites do Estado do Paraná;

**XI** - demais verbas de caráter indenizatório.

**§ 1º.** A verba prevista no inciso IV deste artigo será paga nos seguintes percentuais:

**a)** sete e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções de Corregedor-Geral e Subprocuradores-Gerais;

**b)** sete por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções previstas nos incisos IV a X do art. 1º desta Lei.

**§ 2º.** A verba prevista no inciso XI do art. 1º desta Lei será de três e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado.

**§ 3º.** As verbas previstas neste artigo ainda não regulamentadas serão objeto de decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 4º.** O subsídio devido ao Procurador-Geral do Estado do Paraná, quando integrante da carreira de Procurador do Estado do Paraná, equivale ao maior subsídio da carreira, acrescido de retribuição de direção superior equivalente a oito por cento do respectivo subsídio.

**Parágrafo único.** O Diretor-Geral e o Chefe de Gabinete da PGE, quando integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, receberão a verba prevista no § 1º, alínea "a", do art. 3º

desta Lei.

**Art. 5º.** Fica extinto o pagamento de prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, passando o art. 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 2º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem por finalidade suprir de forma suplementar a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para cumprir a sua política institucional, e, em especial, fomentar a arrecadação da dívida ativa, a capacitação de Procuradores do Estado e demais servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado, promover ressarcimentos e indenizações, com as seguintes despesas:

I - de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens, despesas com locomoção, entre outras;

II - de capital, tais como investimento em obras públicas, equipamentos e instalações, material permanente, inversões financeiras, entre outras.

Parágrafo único. O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado poderá aplicar em despesas de custeio até setenta por cento dos recursos arrecadados."

**Art. 6º.** O art. 8º da Lei nº 14.234, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal, e o Tesoureiro o ordenador das despesas."

**Art. 7º.** Os valores dos subsídios dos integrantes da carreira de Procurador do Estado são aqueles previstos nas Tabelas I, II e III do Anexo desta Lei, respectivamente para os anos de 2013, 2014 e 2015.

**Parágrafo único.** As Tabelas II e III serão implantadas no dia 1º de maio do respectivo ano.

**Art. 8º.** Até que sejam implantados os valores do subsídio referentes a 2015, o subsídio do Procurador do Estado será estruturado em seis referências para cada classe conforme Tabelas I e II do Anexo desta Lei.

**§ 1º.** O Procurador do Estado fará jus ao subsídio correspondente à sua classe e referência, obedecendo a seguinte regra:

I - na referência "A", os Procuradores do Estado com menos de cinco anos de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná;

II - cada referência seguinte corresponde a cinco anos de serviço público prestado ao Estado do Paraná, limitados à referência "F".

**§ 2º.** O enquadramento dos Procuradores do Estado ativos será realizado pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da PGE.

**§ 3º.** O enquadramento dos Procuradores do Estado inativos e pensionistas será realizado pelo Parana Previdência, por intermédio de suas unidades administrativas competentes, respeitadas as respectivas regras de aposentação, inclusive quanto à proporcionalidade, na fixação de proventos ou pensões.

**Art. 9º.** Somente a partir do exercício de 2016 o subsídio dos Procuradores do Estado será objeto de revisão geral anual concedida aos demais servidores estaduais.

**Parágrafo único.** A recomposição dos valores dos subsídios e das verbas previstas nos §§ 1º e 2º do art. 3º e do art. 4º e seu parágrafo único desta Lei dar-se-á por meio de lei ordinária, observado como parâmetro o teto remuneratório previsto na Constituição da República.

**Art. 10.** É assegurado aos Procuradores do Estado o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e as verbas remuneratórias devidas aos mesmos no mês de agosto do corrente ano, excluídos cargos em comissão e cotas que não são pagas indistintamente a todos.

**§ 1º.** A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida com a revisão dos

valores dos subsídios.

**§ 2º.** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou à revisão geral anual.

**Art. 11.** As alterações decorrentes desta Lei são condicionadas ao atendimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 12.** Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a realizar as movimentações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias em razão da aplicação desta Lei.

**Art. 13.** Ficam revogadas a Lei Complementar nº 51, de 18 de janeiro de 1990, o art. 52 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985 e o inciso XVI do art. 3º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.

**Art. 14.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

☐ *Jozélia Nogueira*  
Procuradora-Geral do Estado

*Dinorah Botto Portugal Nogara*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência


*Cassio Taniguchi*  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo

*Reinhold Stephanes*  
Chefe da Casa Civil

-----  
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

☐ ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo104063_29622.odt

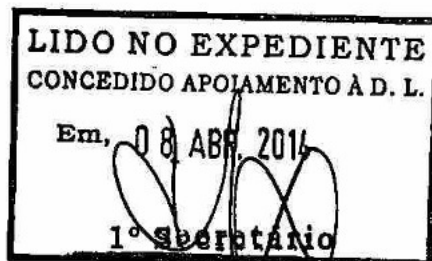
[Voltar](#)

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Estado de Governo

MENSAGEM  
Nº 016 /2014

Curitiba, em 07 de abril de 2014.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 08/04/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva revogar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, que altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

A proposição reside em serem revogados os incisos I, II, III e IX, do art. 1º, da aludida Lei Complementar, como também os §§ 2º e 3º, do mesmo artigo. A fim de dar coerência à proposição, necessária também a revogação da alínea "a" do § 1º do art. 3º, bem como o § 2º, da referida Lei.

A justificativa para a modificação legislativa proposta reside, em primeiro lugar, em serem inconstitucionais tais dispositivos, como a seguir será exposto. Além disso, encontra-se em estudo no âmbito da Procuradoria Geral do Estado anteprojeto de lei complementar que irá formular a carreira corretamente, corrigindo ilegalidades constantes de decretos avulsos e de resoluções desamparadas. Tal estudo, entretanto, demanda tempo e maior aprofundamento.

Noutro aspecto, a proposição importará em importante diminuição de despesa, sabidamente necessária.

As regras da Lei Complementar nº 161, de 2013 e que tratam da Corregedoria-Geral da Procuradoria Geral do Estado são claramente inconstitucionais, por não terem sido instituídas as correspondentes atribuições.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Estado de Governo

Da mesma forma são as regras que tratam dos subprocuradores (para assuntos institucionais e para assuntos jurídicos), cujas funções além de não terem sido estabelecidas em lei, seriam delegadas pelo Procurador-Geral do Estado.

Finalmente, o estabelecimento de remuneração adicional para procuradores conselheiros do Conselho Superior da PGE está também em conflito com a Constituição Federal, pois não se tratam de funções de confiança ou de assessoramento, não só pela falta de subordinação ao Procurador-Geral do Estado, como também porque se tratam de funções inerentes à condição da carreira e se constituem em *múnus público*, tal como em outros conselhos do Estado do Paraná, em que não há remuneração adicional para os seus membros, como, por exemplo, o caso do Conselho Penitenciário do Paraná.

Quanto a todos os dispositivos cuja revogação se propõe há vício na Lei Complementar ao não ter definido o conteúdo das funções "diferenciadas" dos beneficiários de gratificações (conjunto de atribuições), afrontando ao art. 39, § 4º da Constituição Federal.

Noutro aspecto, a função de confiança deve ter suas condições disciplinadas em lei (CF, art. 37, V). Aqui, mesmo que se fale que as funções seriam delegadas, não se pode considerar função de confiança as de procuradores conselheiros do Conselho Superior, pois não se destinam a direção, chefia e assessoramento, principalmente porque a grande maioria dos membros do aludido colegiado é eleita e, desse modo, não está subordinada ao Procurador-Geral do Estado.

Para o Supremo Tribunal Federal, funções públicas ou de confiança são plexos unitários de atribuições, criados por lei, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, a ser serem exercidas por titular de cargo efetivo, da confiança da autoridade que as preenche (RE 502436-PI).

Em outras oportunidades, o Supremo Tribunal Federal considerou que *"é inconstitucional a criação de cargos em comissão que não possuem caráter de assessoramento, chefia ou direção e que não demandam relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico"* (ADI 3.602, Pleno, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 7.6.11). No mesmo sentido: AI 656.666-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 5.3.2012 e ADI 3.233, Pleno, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJe 14.9.2007) ... *Atribuições que não exigem necessidade de vínculo especial de confiança e lealdade, a justificar a criação de cargo em comissão – Funções técnicas, burocráticas, operacionais e profissionais, típicas de cargos de provimento efetivo, a ser preenchido por servidor concursado – Violação dos arts. 111, 115, II e V, e 144 da CE – Procedência da ação.* Cfr. RE 693714/SP.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Estado de Governo

Ademais, no AI 309399/AgRg SP, o STF decidiu que “a criação de cargos em comissão referentes a funções para cujo desempenho não é necessária a confiança pessoal viola o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal. 2. Jurisprudência pacífica desta Suprema Corte nesse sentido. 3. Agravo regimental não provido”.

Desta forma, a presente proposição corrige de pronto as inconstitucionalidades apontadas, de modo a que, no futuro, nova legislação discipline, corretamente, a carreira de Procurador do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2014**

**Projeto de Lei Complementar nº 03/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 16/2014**

Súmula: Revoga os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 161, de 2013.

EMENTA: CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO. FUNÇÕES DIFERENCIADAS NÃO ESPECIFICADAS. REVOGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INC. II E 87, INC. VI DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei complementar de autoria do Poder Executivo tem como objetivo revogar os incisos I, II, III e XI, bem como, os parágrafos 2º e 3º do artigo 1º e, ainda, a alínea "a" do parágrafo 1º e o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

VISTA EM 14/04/2014

Dep. Tadeu Generis

ccj



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)**

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)**

Observa-se do teor da Mensagem que *"a justificativa para a modificação legislativa proposta reside, em primeiro lugar, em serem inconstitucionais tais dispositivos, como a seguir será exposto. Além disso, encontra-se em estudo no âmbito da Procuradoria Geral do Estado anteprojeto de lei complementar que irá formular a carreira corretamente, corrigindo ilegalidades constantes de decretos avulsos e de resoluções desamparadas. Tal estudo, entretanto, demanda tempo e maior aprofundamento."*

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No entanto, com o objetivo de suprir erro material no presente projeto, sugere-se a inclusão da emenda MODIFICATIVA ao final anexa, nos termos do artigo 137, § 4º, do **Regimento Interno** desta Casa de Leis, a fim de alterar o inciso IX, para inciso XI.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei complementar, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais e legais, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**, anexa.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Dep. Peres  
Dep. Tadeu

APROVADO

29.04.14

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
003/2014**

I

O Art. 1º do presente projeto de lei complementar, passa a contar com a seguinte redação:

**“Art. 1º Ficam revogados os incisos I, II, III, XI e os §§ 2º e 3º do artigo 1º da Lei Complementar n. 161, de 03 de outubro de 2013.”**

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

*Dep. Paulo*  
*Dep. Carlos*

*Dep. Pastor*

*Carlo*

**DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE**

*Dep. Leupior*

*Dep. Danilo*  
*Dep. Tadeu*

**DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR**

*Dep. Truini*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**PROVADO**

*29.06.14*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 016/2013, que objetiva revogar os incisos I, II, III e IX e os §§ 2º e 3º do artigo 1º, bem como revoga a alínea "a" do § 1º e o § 2º do artigo 3º, todos da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, que altera a remuneração da carreira de Procurador do estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Alexandre Curi, exarou o devido parecer favorável com Emenda Modificativa, que foi aprovado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida vem acompanhada da justificativa do autor, onde exalta que os dispositivos a serem revogados são totalmente inconstitucionais.

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts.65, 66 e 87, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, uma vez que a mesma não causará impacto financeiro, ao contrário, causará, isto sim, importante diminuição de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

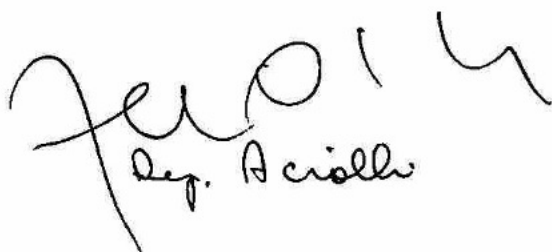
Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, com a inclusão da **Emenda apresentada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29/04/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELCIO RUSCH**  
**RELATOR**

  
Dep. Acioli

  
Dep. Bohn  
  
Dep. R. Edson



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN. 2014

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 003395 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas e rubricas dos deputados:]*  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846  
847  
848  
849  
850  
851  
852  
853  
854  
855  
856  
857  
858  
859  
860  
861  
862  
863  
864  
865  
866  
867  
868  
869  
870  
871  
872  
873  
874  
875  
876  
877  
878  
879  
880  
881  
882  
883  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890  
891  
892  
893  
894  
895  
896  
897  
898  
899  
900  
901  
902  
903  
904  
905  
906  
907  
908  
909  
910  
911  
912  
913  
914  
915  
916  
917  
918  
919  
920  
921  
922  
923  
924  
925  
926  
927  
928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944  
945  
946  
947  
948  
949  
950  
951  
952  
953  
954  
955  
956  
957  
958  
959  
960  
961  
962  
963  
964  
965  
966  
967  
968  
969  
970  
971  
972  
973  
974  
975  
976  
977  
978  
979  
980  
981  
982  
983  
984  
985  
986  
987  
988  
989  
990  
991  
992  
993  
994  
995  
996  
997  
998  
999  
1000

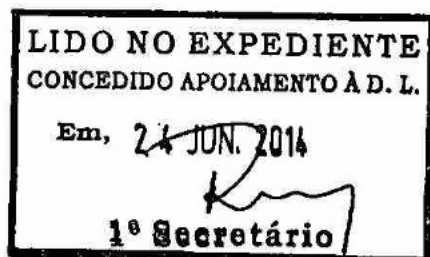
- 1 - Paulo Miro
- 2 - Hermas Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Tucupirã
- 5 - Rose "Citro"
- 6 - Stephanos Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexandre Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Bührer
- 15 - Ademir Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli**



**PROJETO DE LEI Nº 302/2014**



**DENOMINA DE CENTRO ESTADUAL  
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
PROFESSORA MARIA LIDIA  
CESCATTO BOMTEMPO A ESCOLA  
QUE ESPECIFICA**

Art. 1º Fica denominada de Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria Lidia Cescatto Bomtempo a escola estadual de ensino técnico profissionalizante de Assaí - CEEP, com sede naquele município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2014

  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Deputado Estadual



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli**



**JUSTIFICATIVA**

O Centro de Educação Profissional de Assaí - CEEP, com data de inauguração já agendada, trata da maior unidade escolar do Município. Segundo informes daquela municipalidade, a obra recebe investimento de R\$ 6,6 milhões de reais do Programa Brasil Profissionalizado, do Governo Federal e a manutenção ficará por conta do Governo do Estado.

○ A Escola contará com uma estrutura em mais de 6.000 m<sup>2</sup> de construção, contemplando quatorze salas de aula, oito laboratórios, quadra coberta, refeitório, auditório e biblioteca. Os primeiros cursos a serem ofertados pela Escola Técnica serão: edificações, eletroeletrônica e eletromecânica em nível médio e subsequente, atendendo a demanda de toda região norte do Estado do Paraná.

Com isso, o Município se tornará um polo educacional que ofertará cursos técnicos profissionalizantes, a garantir aos jovens de toda região capacitação profissional de qualidade, a facilitar a inserção no mercado de trabalho.

○ Esse Parlamentar entende ser justo denominar o referido estabelecimento de ensino com o nome de alguém que durante toda a sua vida se dedicou ao Magistério e muito lutou pelas causas educacionais de Assaí e de toda a região, fato que é público e notório na região.

Para tanto, pede que os pares aprovem o presente projeto de lei que visa nominar a Escola Técnica Profissionalizante de Assaí com o nome da Professora Maria Lidia Cescatto Bomtempo.

Em sua vida profissional a Professora Maria Lidia Cescatto Bomtempo exerceu o magistério na disciplina de história, bem como, foi diretora do Colégio Estadual Conselheiro Carrão por muitos anos. Faleceu aos 13 de junho de 2006 e deixou um legado de muita instrução a seus ~~alunos~~ e luta pela educação de qualidade.



**REQUERIMENTO**

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN. 2014

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1ª de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 003395 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados com circulações numeradas:]*  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Plauto Miro
- 2 - Hermos Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turinici
- 5 - Rose "Lito"
- 6 - Stephanos Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexandre Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Bührer
- 15 - Ademar Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabrício



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 303/14**

**Súmula:** Estabelece a segunda distribuição de tempo, considerando os adicionais por tempo de serviço, para os integrantes dos cargos de Agente Profissional, Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regidos pela Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica concedida a segunda progressão por distribuição de tempo de serviço aos servidores ativos dos cargos de Agente Profissional, Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regidos pela Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

§ 1º A implantação da progressão por distribuição de tempo de serviço, considerando os adicionais, levará em conta os quinquênios completos do funcionário, a partir da referência em que o servidor se encontrar na classe e no cargo.

§ 2º É vedado o arredondamento de tempo de serviço.

§ 3º A distribuição de tempo será de uma referência a cada quinquênio, no limite de 5 (cinco) quinquênios.

§ 4º A distribuição de tempo será devida apenas aos servidores estáveis e em efetivo exercício nas datas estabelecidas abaixo:

I - Agente Profissional – 16 de julho de 2010.

II - Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio – 25 de outubro de 2012.

§ 5º A distribuição de tempo levará em consideração os quinquênios completos nas datas estabelecidas nos incisos I e II do § 4º.

**Art. 2º** A distribuição de tempo fica limitada à 12ª (décima segunda) referência de cada classe, conforme estabelece o inciso VII do artigo 2º da Lei nº 13.666, de 2002.

**Art. 3º** Os servidores inativos e geradores de pensão que se encontravam ativos e em efetivo exercício nas datas estabelecidas nos incisos I e II do § 4º do artigo 1º desta Lei farão jus à progressão por distribuição de tempo de serviço de que trata esta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

MENSAGEM  
Nº 055/2014

Curitiba, 24 de junho de 2014

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDE O APOIAMENTO A D. L.

Em, 25 JUN. 2014

1º Secretário



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.

Em 25/06/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer a segunda distribuição de tempo, considerando os adicionais por tempo de serviço, para os integrantes dos cargos de Agente Profissional, Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regidos pela Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo convalidar a segunda progressão por distribuição de tempo de serviço concedida, através de Decretos, para os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regidos pela Lei 13.666 de 05/07/2002. A referida progressão ocorreu em 2010 para os servidores do cargo de Agente Profissional e em 2012 para os cargos de Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pelo Acórdão nº 3325/14 – Tribunal Pleno, aprovou o Incidente de Inconstitucionalidade, referente aos atos acima, para os fins de afastar sua aplicabilidade.

Foram beneficiados por tais atos cerca de 15.334 (quinze mil, trezentos e trinta e quatro) servidores.

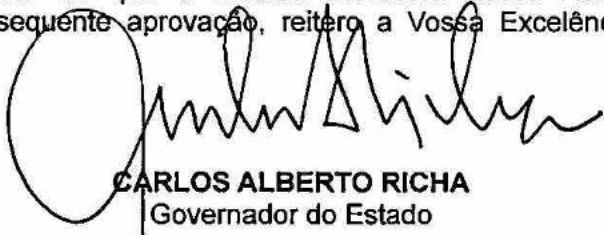
Como os Decretos datam de 2010 e de 2012, muitos servidores beneficiados hoje estão aposentados. O referido Acórdão determina, ainda, o retorno dos processos de aposentadoria e pensão que tramitam no TC, à Secretaria de Estado da Administração, para análise e emissão de novos atos.

Os efeitos dessa decisão do TC, acarretará considerável redução na remuneração dos servidores, em alguns casos chegando a aproximadamente R\$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando um servidor com mais de 25 anos de serviço, que tenha sido beneficiado à época com 5 referências, equivalente a 5 quinquênios.

Cabe ressaltar que o presente Anteprojeto de Lei não gerará qualquer custo aos cofres públicos, visto que pretende apenas manter a remuneração dos servidores beneficiados, evitando-se a redução da remuneração e possíveis demandas judiciais.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL


# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 13666 - 05 de Julho de 2002

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 6265 de 5 de Julho de 2002

(vide Lei 14230, de 26/11/2003) (vide Decreto 3917 de 16/02/2012) (vide Decreto 4835 de 17/05/2005)

**Súmula:** Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, conforme específica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## Capítulo I

### Seção I Das Disposições Preliminares

**Art. 1º.** Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

**Parágrafo único.** As disposições da presente Lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

### Seção II Das Conceituações

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei, considera-se:

- I** - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hierarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;
- II** - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III** - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;
- IV** - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;
- V** - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;
- VI** - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;
- VII** - Progressão: passagem do funcionário público estável de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

**VIII** - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

**IX** - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável, através da remoção, de um órgão para outro, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*;

**X** - Mudança de Função: alteração da função de funcionário público estável quando este atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, e mediante o interesse da Administração Pública;

**XI** - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

**XII** - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

**XIII** - Vencimento ou Vencimento base: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei; e

**XIV** - Vencimentos ou Remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei.

## **CAPÍTULO II**

### **Seção I Da Composição e do Plano da Carreira**

**Art. 3º.** As Carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 08 (oito) Cargos, disposto de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI desta Lei.

**§ 1º.** As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução, Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária, conforme segue:

**I** - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;

**II** - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

**III** - Aviação, composta pelo cargo de Agente de Aviação;

**IV** - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

**V** - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

~~**VI** - ...Vetado...~~

**VI** - Fazendária, composto pelos cargos de Agente Fazendário A, Agente Fazendário B e Agente Fazendário C, exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado, na data de publicação desta lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**§ 2º.** A Classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a Classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

**§ 3º.** O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma dos Anexos II e VII desta lei.

**§ 4º.** A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

**Art. 4º.** A jornada de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é limitada em 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a da função de médico, que será de 20 (vinte) horas semanais,

observado o disposto no inciso XVI, do Art. 27, da Constituição Estadual.

**§ 1º.** Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais.

**§ 2º.** A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

**§ 3º.** Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laborem nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu.

## **SEÇÃO II**

### **Do Provimento e do Estágio Probatório**

**Art. 5º.** O provimento no cargo se dará na classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

**I** - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

**II** - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

☐ **III** - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei; e

**IV** - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

**Parágrafo único.** A comprovação do preenchimento dos requisitos I a IV do *caput* deste artigo precederá a nomeação.

**Art. 6º.** A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

**§ 1º.** A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

**§ 2º.** O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, prevendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, à critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

☐ **Art. 7º.** O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observado o disposto no Parágrafo 4º, do Art. 36 da Constituição Estadual.

**§ 1º.** O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório.

**§ 2º.** O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei os critérios para a avaliação de desempenho para o estágio probatório.

## **SEÇÃO III**

### **Do Desenvolvimento na Carreira**

**Art. 8º.** O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

**Art. 9º.** A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

**§ 1º.** A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

**I** - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;



**II** - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

**III** - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

**§ 2º.** A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial.

**I** - O critério "conceito" para a progressão de que trata esse parágrafo, deverá ser o equivalente ao conceito máximo estabelecido em regulamento específico; e

**II** - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerá os demais critérios, a periodicidade e a competência para a aplicação e concessão desta modalidade de progressão.

**§ 3º.** A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

**I** - para o cargo de Agente de Apoio e Agente Fazendário C: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

**II** - para o cargo de Agente de Execução e Agente Fazendário B: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

**III** - para o cargo de Agente de Aviação: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

**IV** - para o cargo de Agente Penitenciário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

**V** - para o cargo de Agente Profissional e Agente Fazendário A: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

**§ 4º.** Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão.

**§ 5º.** Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

**Art. 10.** A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

**I** - existência de vaga na classe;

**II** - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e ou tempo de serviço;

**III** - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função e somente após o estágio probatório;

**IV** - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

**V** - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

**Parágrafo único.** Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

**Art. 11.** A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável que atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, poderá desempenhar outra função, por necessidade da Administração Pública ou impossibilidade de atuação em sua função original, observado o perfil profissiográfico, sempre a critério da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.



**SEÇÃO IV**  
**Da Movimentação de Pessoal**



**Art. 12.** Os funcionários ocupantes de cargos público do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e serão alocados nos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

**§ 1º.** A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituto da remoção, por Ato do titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

**§ 2º. ...Vetado...**

**§ 2º.** No âmbito da carreira de Agente Fazendário, a remoção ficará restrita somente entre a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e Coordenação da Receita do Estado - CRE.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**§ 3º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da movimentação de pessoal.

**SEÇÃO V**  
**Do Vencimento e da Remuneração**

☐ **Art. 13.** Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma dos Anexos III e VIII, desta Lei.

**Art. 14.** A estruturação das tabelas de vencimento observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (III) e a última referência da classe final (I), não poderá ser superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes, para cada cargo.

**Parágrafo único.** Nenhuma tabela de vencimento do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE poderá possuir valor inicial menor que a referência inicial da Classe III do Cargo de Agente de Apoio e valor final maior que a referência final da Classe I do Cargo de Agente Profissional.

**Art. 15.** Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a seguinte estrutura de remuneração:  
(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

**I** - vencimento base ou vencimento;

**II** - Adicional por Tempo de Serviço;

☐ **III** - Salário-Família;

**IV** - Vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por Lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida;

**V** - Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE: retribuição financeira de caráter transitório, para atividades ou tarefas não previstas para o cargo ou função e que necessitem de continuidade e prontidão durante as 24 horas do dia, não podendo ser superior a 100% do vencimento base, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade, sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo;  
(vide Lei 15044 de 30/03/2006)

**VI** - Encargos Especiais: retribuição financeira extraordinária, de caráter transitório, para atividades ou tarefas de maior responsabilidade previstas em Lei ou regulamento, cujo valor monetário não poderá exceder a 4/5 (quatro quintos) do vencimento base, desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade e sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo; e

**VII** - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, calculadas sobre o vencimento base do cargo efetivo, previstas em Lei.

**§ 1º.** As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvindo-se, previamente, o órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual, identificando o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, exceto para aquelas atividades ou operações no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme estabelece o Art. 6º da Lei n.º 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

**§ 2º.** As vantagens auferidas por trabalho de natureza especial com risco de vida observarão as situações estabelecidas em legislação específica.

**§ 3º.** As vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo, são mutuamente excludentes.

**§ 4º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a concessão e fixará os valores do TIDE e dos Encargos Especiais para aplicação aos integrantes do QPPE, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

**Art. 16.** O regime de plantão deverá ser remunerado apenas quando ocorrer, ficando a cargo da unidade de recursos humanos competente, o acompanhamento e registro de cada ocorrência.

**Parágrafo único.** O Chefe do Poder Executivo ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, estabelecerá os demais critérios e a competência para a aplicação e concessão do plantão.

○ **Art. 17.** Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas gratificações, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

**Art. 18.** Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

**I - Adicional de Atividade Penitenciária – AAP:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;~~

○ ~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.  
(Redação dada pela Lei 14077, de 04/07/2003)~~

**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

(Redação dada pela Lei 17225 de 12/07/2012)

~~**III – Gratificação de Atividade Técnica – GAT:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo Agente Profissional, para atividades de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em unidade Penal e Correccional Intra Muros – GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE;~~

**III – Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico – GAST:** retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, e demais gratificações ou adicionais previstas nesta

lei, além dos Encargos Especiais e regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE a qual se refere a Lei 6.174/70.

(Redação dada pela Lei 15044 de 30/03/2006)



**IV - Gratificação de Atividade de Saúde - GAS:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica - GAT, Adicional de Atividade Penitenciária - AAP e Gratificação de Atividade em unidade Penal ou Correccional Intra Muros - GADI, não incorporável na inatividade;

**V - Gratificação de Atividade Artística - GAA:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, não incorporável na inatividade;

**VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correccional Intra Muros - GADI:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para outros cargos e funções nas unidades penais ou correccionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, não incorporável na inatividade;

**VII - ...Vetado...**

**VII - Gratificação de Atividade Fazendária - GAF -** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo de Agente Fazendário, relativa as atividades de responsabilidade na Gestão Fiscal do Estado, exclusivamente para os funcionários alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**VIII - ...Vetado...**

**VIII - Gratificação de Incentivo à Titularidade - GITI -** retribuição financeira mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor básico para o cargo de Agente Profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**§ 1º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.

**§ 2º.** O funcionário que optar pelas vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

### **CAPÍTULO III** **Do Enquadramento**

**Art. 19.** Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

**I -** enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei;

**II -** enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei;

**III - ...Vetado...**

**III -** enquadramento salarial para os ocupantes de cargos da carreira de Agente Fazendário em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**~~IV - ...Vetado...~~**

**IV** - após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário, ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado considerando a carga horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**~~a) ...Vetado...~~**

**a)** até 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial conforme previsto no inciso II deste artigo;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**~~b) ...Vetado...~~**

**b)** acima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional avançará um nível de referência salarial a cada 200 horas adicionais de carga horária curricular.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**§ 1º.** Considera-se vencimento do cargo, para fins do presente enquadramento:

**a)** para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio e Agente Fazendário **C** do QPPE: vencimento base;

**b)** para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução e Agente Fazendário **B** do QPPE: vencimento base;

**c)** para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente de Aviação do QPPE: vencimento base;

**d)** para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

**e)** para as funções do Cargo de Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional e Agente Fazendário **A** do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

**~~§ 2º. ...Vetado...~~**

**§ 2º.** Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrado, com base no vencimento básico, no cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**~~§ 3º. ...Vetado...~~**

**§ 3º.** O enquadramento dos servidores de nível universitário lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem será efetivado através da presente lei, com alteração para 190% (cento e noventa por cento) do percentual citado no artigo 2º da Lei nº 11.714/97, de 07 de maio de 1997.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 20.** Os atuais funcionários aposentados e pensionistas do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

**I** - enquadramento na Tabela de Correlação de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma dos Anexos IV e IX desta Lei;

**II** - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.



~~**III** - ...Vetado...~~

**III** - enquadramento salarial para os ocupantes da carreira de Agente Fazendário em valor superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Parágrafo único.** Considera-se benefício ou provento, para fins do presente enquadramento:

- a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;
- b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;
- c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e
- d) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714 de 07 de maio de 1997.

**Art. 21.** Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico.

~~**§ 1º.** ...Vetado...~~

**§ 1º.** Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**§ 2º.** ...Vetado...~~

**§ 2º.** Os funcionários atualmente ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra, Spalla, Maestro Adjunto e Maestro Titular serão enquadrados na função de Músico de Orquestra, desde que atendam aos respectivos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Instrumentista Musical.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 22.** A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

**Art. 23.** Os demais termos necessários ao cumprimento do enquadramento serão definidos e divulgados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

**Art. 24.** O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta Lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 25.** Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os Artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o Cargo Técnico III, II e I, do Quadro Geral.

**Art. 26.** A primeira promoção, para o pessoal ativo, ocorrerá:

**I** - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses a partir do enquadramento da presente Lei;

**II** - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente Lei; e

**III** - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: imediatamente à publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção.

~~**Art. 27. ...Vetado...**~~

**Art. 27.** A primeira promoção prevista no art. 26 - Capítulo IV da presente Lei obedecerá ao seguinte critério, sem prejuízo aos demais critérios:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

☐ ~~**a) ...Vetada...**~~

**a)** o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Secretário de Estado, Diretor Geral, Diretor Presidente ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 11 (onze) referências salariais;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**b) ...Vetada...**~~

**b)** o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Diretor de Área, Superintendente Regional, Chefe de Centro/Escritório Regional, Coordenador de Área ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 9 (nove) referências salariais; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

☐ ~~**c) ...Vetada...**~~

**c)** o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Chefe de Departamento, Assessor de Diretoria, Gerente, Chefe de Divisão, Chefe de Seção, Chefe de Distrito, Fiscal de Obra, Agente Agropecuário ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 7 (sete) referências salariais.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**Parágrafo único. ...Vetado...**~~

**Parágrafo único.** As funções de que trata o presente artigo não poderão ser computadas de forma cumulativa para efeito de promoção, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente promoção.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 28.** A primeira progressão por tempo de serviço, para o pessoal ativo, ocorrerá:

**I** - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei;

**II** - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente

Fazendário B : após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei e

**III** - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei.

**Parágrafo único.** Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão.

**Art. 29.** O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, redistribuirá as quantidades de cargos vagos nas classes, para fins de promoção.

**Art. 30.** As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data de publicação desta Lei, sendo devidas enquanto o funcionário permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

**§ 1º.** As gratificações a que se refere o Artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da presente Lei.

~~**§ 2º.** ...Vetado...~~

**§ 2º.** A gratificação a que se refere o art. 15, inciso VI, será estendida retroativamente ao mês de março de 2002, a partir da publicação da presente lei, aos funcionários da SEAB não atingidos pelo Decreto nº 5391, de 04 de março de 2002.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**§ 3º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto no Artigo 18, desta Lei.

~~**Art. 31.** ...Vetado...~~

**Art. 31.** Ficam criados, no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas - AAI, órgão vinculado à Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**I** - ...Vetado...~~

**I - 1** (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-1;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**II** - ...Vetado...~~

**II - 2** (dois) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 3-C;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**III** - ...Vetado...~~

**III - 1** (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo 5-C.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**Art. 32.** ...Vetado...~~

**Art. 32.** Fica a tabela de vencimentos anexa ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Governo do Estado, reajustada em 20%, conforme a Planilha nº 01, em anexo.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



**Art. 33. ...Vetado...**

**Art. 33.** Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a adequar os cargos de servidores penitenciários de acordo com a função que vêm exercendo, ou por opção, conforme a qualificação técnica, a responsabilidade técnica e o nível de escolaridade exigíveis para cada caso, no período de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.



(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 34. ...Vetado...**

**Art. 34 .** Os servidores penitenciários e educadores sociais têm direito à aposentadoria especial, devido à natureza de trabalhos insalubres, perigosos e penosos, após o exercício de 25 anos de suas respectivas funções.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 35. ...Vetado...**

**Art. 35.** Será garantida a participação dos representantes dos sindicatos de servidores estaduais junto à Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP), bem como a cada secretaria/órgão, nas comissões e/ou mecanismos que definirão os termos do enquadramento, nas regulamentações e decisões/ações relacionadas à implantação, desenvolvimento e manutenção do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), instituído pela presente lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Parágrafo único. ...Vetado...**

**Parágrafo único.** Os sindicatos de servidores estaduais de cada secretaria/órgão indicará os seus representantes e na ausência destes, os servidores das respectivas instituições definirão seus representantes em Assembléia Geral, especificamente convocada para tal finalidade.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 36. ...Vetado...**

**Art. 36.** Fica assegurada a revisão anual das Tabelas de Referência de Vencimento Base das carreiras que integram o Anexo III desta Lei, de forma cumprir-se os ditames das Constituições Federal (art. 37, inciso X) e Estadual (art. 27, inciso X).

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 37. ...Vetado...**

**Art. 37.** O enquadramento de que trata o Capítulo III, desta Lei, será efetivado no mês julho.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 38. ...Vetado...**

**Art. 38.** Fica estabelecida Data Base para os Servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, a data de publicação da presente Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

**Art. 39. ...Vetado...**

**Art. 39.** Fica incorporado ao Vencimento Base do QPPE, (Quadro Próprio do Poder Executivo) a gratificação de R\$ 100,00 (cem reais) , dada a título de assiduidade aos funcionários do QGE (Quadro Geral do Estado).

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 1375 de 09/09/2002)



**Art. 40.** Os atos referentes à aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir de sua publicação.

**Art. 41.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

**Art. 42.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 2002.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Ricardo Augusto Cunha Smijtink  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

○ José Cid Campêlo Filho  
Secretário de Estado do Governo

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo6382_728.xls

○ © Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



topo



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN. 2014

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 083395 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados com circulações numeradas:]*  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Paulo Miro
- 2 - Hermos Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turinir
- 5 - Rose "Lito"
- 6 - Stephanes Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexonde Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Buhner
- 15 - Ademar Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA




## ~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 306/14

**SÚMULA:** Altera os vencimentos de cargos dos Grupos Ocupacionais Básico, Intermediário, Superior e Auxiliares da Justiça dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Justiça, cria funções comissionadas cria funções comissionadas no 1º Grau de Jurisdição e estabelece outras providências.

**Art. 1º.** Os vencimentos dos cargos dos servidores dos grupos ocupacionais Básico (AOB), Auxiliar da Justiça (AUJ), Superior (SUP) e Intermediário (INT), da parte suplementar e permanente do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, e do grupo ocupacional Básico (BAS), da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, previstos na Tabela 4 do Anexo III, nas Tabelas 3 e 4 do Anexo VIII, ambos da Lei nº 16.748/11, e nas Tabelas 1 e 2 do Anexo I da Lei nº 17.532/13, alterados pelos Anexos I e II da Lei nº 18.116/14, passam a ser os constantes do Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** Os valores correspondentes à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) percebida pelos servidores dos grupos ocupacionais Básico (BAS), da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça serão deduzidos dos valores derivados da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 2º.** As tabelas de vencimentos dos servidores dos grupos ocupacionais Auxiliar da Justiça (AUJ) e Intermediário (INT) constantes no Anexo II desta Lei entrarão em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2015.

**Art. 3º.** Ficam criadas as funções comissionadas de Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau.

I - A função comissionada de Assistente da Direção do Fórum será exercida, preferencialmente, por servidor ocupante de cargo de Escrivão, Secretário dos Juizados Especiais, Analista Judiciário, da área judiciária ou contábil, ou por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

II - A função comissionada de Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau será exercida por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, da área judiciária, Escrivão, Secretário dos Juizados Especiais ou por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

**Art. 4º.** Fica alterada a redação do *caput* do artigo 5º da Lei nº 16.023/08, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º.** As funções comissionadas de Chefe de Secretaria, Supervisor de Secretaria, Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.”

**Art. 5º.** Fica alterada a redação dos artigos 6º e 7º da Lei nº 17.532/13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 6º.** Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

*h*



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**I** - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.697,66 (mil e seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos);

**II** - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 565,88 (quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos);

**III** - Assistente da Direção do Fórum, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

**IV** - Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau, que será remunerado no valor mensal de até R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), calculados por dia de efetivo exercício de plantão, nos termos do Decreto Judiciário que regulamentará seu pagamento.

a) A despesa pelo pagamento da gratificação pelo exercício da função de Assistente do Plantão Judiciário, por Comarca, é limitada ao valor estabelecido no inciso IV deste artigo.

**§1º.** As funções previstas neste artigo não serão cumuladas, à exceção de Assistente do Plantão Judiciário.

**§2º.** Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria".

**Art. 7º.** As atribuições básicas das funções comissionadas de Chefe de Secretaria, Supervisor de Secretaria, Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau passam a ser as constantes do Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** As atribuições específicas das funções comissionadas previstas neste artigo serão definidas em regulamento".



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 6º.** Ficam inseridos os artigos 3º e 4º ao Anexo II da Lei Estadual nº 17.532, de 09 de abril de 2013, com a seguinte redação:

"Art.3º Ao Assistente da Direção do Fórum compete:

- I - auxiliar o Juiz Diretor do Fórum e segundo sua orientação em todas as atividades relacionadas à Direção do Fórum, em especial a elaboração e conferência dos serviços administrativos;
- II - auxiliar o Juiz Diretor do Fórum na administração do fundo rotativo, nas atividades de coordenação e controle dos recursos destinados à Comarca ou Juízo, elaborando a prestação de contas de sua aplicação;
- III - realizar o acompanhamento e fiscalização técnica dos serviços terceirizados na Comarca.

Art.4º Ao Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau compete:

- I - auxiliar o Magistrado designado para o plantão judiciário, mediante registro e formalização de atos processuais de mero expediente, registro, certificação, atendimento ao público, comunicações, dentre outras atribuições definidas em lei e regulamento".

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Art. 8º.** A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 9º.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO I

(Altera a Tabela 4 do Anexo III e as Tabelas 3 e 4 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/11, alteradas pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14).

### ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça  
Enquadramento e Tabela de Vencimento  
(...)

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	2.863,29
BAS-2	3.020,77
BAS-3	3.186,92
BAS-4	3.362,19
BAS-5	3.547,12
BAS-6	3.742,21
BAS-7	3.948,05
BAS-8	4.165,18
BAS-9	4.394,27

### ANEXO VIII

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição  
Parte Suplementar  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

(...)  
TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	4.546,59
AUJ-2	4.773,91
AUJ-3	5.012,64
AUJ-4	5.263,26



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AUJ-5	5.526,41
AUJ-6	5.802,74
AUJ-7	6.092,90
AUJ-8	6.397,52
AUJ-9	6.717,38

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO OPERACIONAL BÁSICO (AOB)	
NÍVEL – ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.863,29
AOB-2	3.020,77
AOB-3	3.186,92
AOB-4	3.362,19
AOB-5	3.547,12
AOB-6	3.742,21
AOB-7	3.948,05
AOB-8	4.165,18
AOB-9	4.394,27

(Altera as Tabelas 1 e 2 do Anexo I da Lei Estadual nº 17.532/13, alteradas pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14).

## Anexo I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição  
Parte Permanente  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SUP-1	6.081,21
SUP-2	6.385,28
SUP-3	6.704,53



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SUP-4	7.039,77
SUP-5	7.391,75
SUP-6	7.761,35
SUP-7	8.149,40
SUP-8	8.556,87
SUP-9	8.984,71

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	4.546,59
INT-2	4.773,91
INT-3	5.012,64
INT-4	5.263,26
INT-5	5.526,41
INT-6	5.802,74
INT-7	6.092,90
INT-8	6.397,52
INT-9	6.717,38

## ANEXO II

(Altera a Tabela 3 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/11 e a Tabela 2 do Anexo I da Lei nº 17.532/13, alteradas pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14 e entram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2015.)

ANEXO VIII  
Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição  
Parte Suplementar  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 3

n



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	4.666,79
AUJ-2	4.900,14
AUJ-3	5.145,16
AUJ-4	5.402,40
AUJ-5	5.672,52
AUJ-6	5.956,16
AUJ-7	6.253,96
AUJ-8	6.566,67
AUJ-9	6.895,00

## ANEXO I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição

Parte Permanente

Enquadramento e Tabela de Vencimento

## TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	4.666,79
INT-2	4.900,14
INT-3	5.145,16
INT-4	5.402,40
INT-5	5.672,52
INT-6	5.956,16
INT-7	6.253,96
INT-8	6.566,67
INT-9	6.895,00



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto de Lei objetiva adequar as tabelas de vencimentos dos grupos ocupacionais Básico (AOB), Auxiliar da Justiça (AUJ), Superior (SUP) e Intermediário (INT), da parte suplementar e permanente do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, e do grupo ocupacional Básico (BAS), da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, alterando os anexos da Lei nº 16.748/11 e nº 17.532/13, recentemente alterados pela Lei nº 18.116/14.

Com a elevação dos vencimentos, os servidores do grupo ocupacional básico da parte suplementar da Secretaria do Tribunal terão incorporados à sua tabela de vencimentos os valores correspondentes à vantagem nominalmente identificada (VPNI), a exemplo de sistemática adotada quanto a outros grupos ocupacionais da Secretaria.

Desta forma, serão corrigidas distorções na estrutura remuneratória das carreiras do Poder Judiciário, observadas as disposições constitucionais previstas nos artigos 37, XIII, e 39, §1º, da Constituição da República.

Propõe, ainda, a criação de funções comissionadas de Assistente de Direção do Fórum (R\$500,00) e Assistente do Plantão Judiciário (de até R\$1.500,00), ambas no 1º grau de jurisdição. Com isso, alteram-se dispositivos das Leis nº 16.023/08 e nº 17.532/13, com atribuição de competência aos seus ocupantes.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Destaque-se, por fim, que a proposta reafirma a política deste Tribunal de priorização do 1º Grau de Jurisdição em suas ações, o que se compatibiliza com as recentes diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$ 17.538.800,00 (dezesete milhões quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos reais), R\$ 44.755.431,00 (quarenta e quatro milhões setecentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais) para o exercício de 2015 e R\$ 48.739.174,00 (quarenta e oito milhões setecentos e trinta e nove mil cento e setenta e quatro reais) para o exercício de 2016, suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça e do Fundo da Justiça.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador de Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, na Sessão realizada no dia 16 de junho de 2014.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO ECONOMICO E FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTROLE FINANCEIRO DO PESSOAL

D.C.F.P.  
fl.



INFORMAÇÃO Nº 1608/2014

ASSUNTO.....: Atualização da tabela de vencimentos dos níveis AUJ, BAS, AOB, INT e SUP, bem como, criação das funções comissionadas de Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau.

Senhora Diretora,

Informo a Vossa Senhoria, o custo diante da atualização da tabela de vencimentos dos níveis AUJ, BAS, AOB, INT e SUP, bem como, criação das funções comissionadas de Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau:

➔ Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça – AUJ:

a) Considerando-se o reajuste aplicado neste ano:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
553.841,75	276.920,88	7.476.863,63

b) Considerando-se o reajuste em vigor a partir de 01/02/2015;

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
934.608,46	467.304,23	12.617.214,21

➔ Grupo Ocupacional Intermediário (1º Grau de Jurisdição – Parte Permanente) - INT:

a) Considerando-se o reajuste aplicado neste ano:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
293.693,33	146.846,67	3.964.859,96

b) Considerando-se o reajuste em vigor a partir de 01/02/2015;

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
495.607,49	247.803,75	6.690.701,12

➔ Grupo Ocupacional Superior (1º Grau de Jurisdição – Parte Permanente) - SUP:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
262.487,25	131.243,63	3.543.577,88

➔ Grupo Ocupacional Básico (Secretaria) – BAS:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
250.330,49	125.165,25	3.379.461,62

Continua....

➔ Grupo Ocupacional Básico (1º Grau de Jurisdição – Parte Suplementar) - AOB:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
204.267,54	102.133,77	2.757.611,79

➔ Criação de 182 funções comissionadas de Assistente da Direção do Fórum:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
91.000,00	45.500,00	1.231.500,00

➔ Criação de 159 funções comissionadas de Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Férias (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
238.500,00	119.250,00	3.219.750,00

Obs.: o custo anual foi calculado com o acréscimo do 13º vencimento e férias.

Desse forma, o custo total, corresponde aos seguintes valores:

c) Considerando-se o reajuste aplicado neste ano:

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
1.894.120,36	25.573.624,88

d) Considerando-se o reajuste em vigor a partir de 01/02/2015;

<i>Custo mensal (R\$)</i>	<i>Custo anual (R\$)</i>
1.430.215,95	19.307.915,33

Finalmente, encaminho em anexo, planilha de cálculos elaborada pela Divisão da Folha de Pagamento.

É a informação.

Em, 06 de junho de 2014.

Bel. Ione Rocha Justen

Oficial Judiciário  
Chefe da Divisão

– À Divisão da Contabilidade.

Em,

Bel. Amarília Vellozo Machado  
Diretora do Departamento  
Econômico e Financeiro

Relatório Impacto Mensal Atualização tabelas Grupos - AUJ/BAS/AOB

Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça (AUJ)

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal c/ reajuste 4% (R\$)	Custo mensal c/ reajuste 6,75% fev/2015 (R\$)
1617	12.351.505,56	12.845.566,00	13.185.233,00
Patronal	1.494.532,17	1.554.313,49	1.595.413,19
Total custo acréscimo mensal (R\$)		553.841,75	934.608,46

Grupo Ocupacional Básico (BAS)

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal c/ reajuste 18% (R\$)	Valor decréscimo VPNI (R\$)	Total custo mensal reajuste 18% (R\$)
491	3.566.711,00	4.208.718,98	418.698,00	223.309,98
Patronal	431.572,03	509.255,00	50.662,46	27.020,51
Total custo mensal (R\$)	3.998.283,03	4.717.973,98	469.360,46	250.330,49

Grupo Ocupacional Básico (AOB)

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal c/ reajuste 18% (R\$)	Total custo mensal reajuste 18% (R\$)
245	1.012.328,00	1.194.547,04	182.219,04
Patronal	122.491,69	144.540,19	22.048,50
Total custo mensal (R\$)	1.134.819,69	1.339.087,23	204.267,54

D.F.P., em 05 de junho/2014

  
Celeste Santos Borges  
Chefe da Divisão da Folha de Pagamento  
DEFDFPTJ

Relatório Impacto Mensal Atualização tabelas Grupos - INT/SUP

Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça (INT) FUNJUS

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal c/ reajuste 4% (R\$)	Custo mensal c/ reajuste 6,75% fev/2015 (R\$)
1066	5.234.018,40	5.443.379,14	5.587.314,64
Patronal	633.316,23	658.648,88	676.065,07
Total custo acréscimo mensal (R\$)		234.693,39	396.045,09

Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça (SUP) FUNJUS

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal equip SEJ (R\$)
377	2.321.339,80	2.530.028,25
Patronal	280.882,12	306.133,42
Total custo acréscimo mensal (R\$)		233.939,75

Totais Grupo Ocupacional Auxiliares (INT/SUP) FUNJUS

Grupos	Custo mensal c/ reajuste 4% (R\$)	Custo mensal c/ reajuste 6,75% fev/2015 (R\$)	Custo mensal equip SEJ (R\$)
INT	234.693,39	396.045,09	0,00
SUP	0,00	0,00	233.939,75
Total	234.693,39	396.045,09	233.939,75

Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça (INT) TJ

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal c/ reajuste 4% (R\$)	Custo mensal c/ reajuste 6,75% fev/2015 (R\$)
1334	6.549.806,60	6.811.798,86	6.991.918,55
Patronal	792.526,60	824.227,66	846.022,14
Total custo acréscimo mensal (R\$)		293.693,33	495.607,49

Grupo Ocupacional Auxiliares da Justiça (SUP) TJ

Quantidade Servidores	Custo Mensal Atual(R\$)	Custo mensal equip SEJ (R\$)
423	2.604.611,20	2.838.765,75
Patronal	315.157,96	343.490,66
Total custo acréscimo mensal (R\$)		252.487,25

Totais Grupo Ocupacional Auxiliares (INT/SUP) TJ

Grupos	Custo mensal c/ reajuste 4% (R\$)	Custo mensal c/ reajuste 6,75% fev/2015 (R\$)	Custo mensal equip SEJ (R\$)
INT	293.693,33	495.607,49	0,00
SUP	0,00	0,00	262.487,25
Total	293.693,33	495.607,49	262.487,25



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**FUNJUS**  
**DIVISÃO DE CONTROLADORIA**



**INFORMAÇÃO Nº 442/2014-DC**

Senhor Chefe,

Em atendimento ao protocolado em tela, a seguir é apresentado o impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei que trata do aumento salarial real das tabelas do Grupo Ocupacional Superior (SUP) e Grupo Ocupacional Intermediário (INT) do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição.

- **Grupo Ocupacional Intermediário (INT)** - Aumento real de 4% (quatro por cento) a partir de julho/2014 e de mais 2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento) a partir do mês de fevereiro/2015, ambos incidentes sobre a tabela constante do Projeto de Lei nº 234/2014.
- **Grupo Ocupacional Superior (SUP)** - Aumento real de 8,89% (oito vírgula oitenta e nove por cento) a partir de julho/2014, incidente sobre a tabela constante do Projeto de Lei nº 234/2014.

Salienta-se que as informações a seguir contemplam apenas os Analistas e Técnicos Judiciários custeados com recursos deste Fundo.

**I – TABELA DE VENCIMENTOS**

Abaixo é apresentada tabela de vencimentos constante do Projeto de Lei nº 234/2014 e futura por cargo, considerando o incremento decorrente do aumento salarial:

Tabela 1 – Custos mensais e individuais do Analista Judiciário.

*Em reais*

CARGO	CUSTO MÊS	AUMENTO REAL 8,89%	CUSTO MÊS REAJUSTADO
Analista Judiciário	5.579,54	501,67	6.081,21

Tabela 2 – Custos mensais e individuais do Técnico Judiciário c/ 4% de aumento.

*Em reais*

CARGO	CUSTO MÊS	AUMENTO REAL 4%*	CUSTO MÊS REAJUSTADO
Técnico Judiciário	4.371,73	174,86	4.546,59

\* Período de jul/2014 à jan/2015.

Tabela 3 – Custos mensais e individuais do Técnico Judiciário c/ 6,75% de aumento.

*Em reais*

CARGO	CUSTO MÊS	AUMENTO REAL 6,75%*	CUSTO MÊS REAJUSTADO
Técnico Judiciário	4.371,73	295,09	4.666,82

\* A partir de fev/2015.

*ef*



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**FUNJUS**  
**DIVISÃO DE CONTROLADORIA**



A Tabela 4, a seguir, apresenta o número total de servidores custeados com recursos do Fundo da Justiça bem como o incremento na despesa mensal e anual.

Tabela 4 – Incremento na despesa mensal por cargo.

*Em reais*

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE <sup>1</sup>	INCREMENTO NA DESPESA MENSAL <sup>2</sup>	INCREMENTO NA DESPESA DO ANO DE 2014 <sup>3</sup>
Analista Judiciário	377	212.014,27	1.590.107,03
Técnico Judiciário	1.066	352.628,42	2.644.713,14
<b>TOTAL</b>	<b>1.443</b>	<b>564.642,69</b>	<b>4.234.820,17</b>

**II – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA TOTAL**

Considerando a entrada em vigor do aumento a partir do mês de julho do exercício corrente, as despesas incrementais totais e ainda a projeção para os dois exercícios seguintes, ficam assim demonstradas.

Tabela 5 – Despesas incrementais para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

*Em reais*

EXERCÍCIO	2014*	2015**	2016**
Vencimentos e Encargos	3.823.426,84	6.379.270,74	6.762.026,98
<b>TOTAL</b>	<b>3.823.426,84</b>	<b>6.379.270,74</b>	<b>6.762.026,98</b>

\* Para o exercício de 2014 foi considerado o valor proporcional a 6 meses.

\*\* Aplicado índice de reajuste de 6%.

**IV - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – LOA**

A Lei do Orçamento Anual - LOA, Lei Estadual nº. 17.886/2013 definiu os valores das despesas deste Fundo da Justiça para o exercício de 2014. Os Decretos Judiciários nºs 158/2014, 159/2014, 543/2014 e 939/2014 ajustaram o orçamento de acordo com as novas demandas de recursos.

Tabela 6 – Saldos orçamentários atuais por rubrica.

*Em reais*

RUBRICA	VALOR
Vencimentos e vantagens fixas	30.760.422,90
Obrigações patronais	2.846.122,80
<b>TOTAL</b>	<b>33.606.545,70</b>

Fonte: SIAF

<sup>1</sup> Quantitativo fornecido pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento Econômico e Financeiro.

<sup>2</sup> Valor a partir dos vencimentos da Tabela 1, 2 e 3 multiplicado pelo quantitativo da Tabela 4. Inclui previdência patronal de 12,1%.

<sup>3</sup> Valor mensal multiplicado por 7,5 (6 meses, adicional de férias e 13º vencimento).

9



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**FUNJUS**  
**DIVISÃO DE CONTROLADORIA**



Assim, nesta data, conforme se vê da Tabela 6, constata-se a existência de saldo orçamentário específico para **gastos com pessoal e encargos**.

**V - IMPACTO FINANCEIRO**

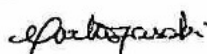
Em relação ao impacto financeiro, destaca-se que este Fundo arrecadou em abril do corrente ano a quantia de R\$ 11.058.834,18 (onze milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos) o que permite, nesta data, a execução da referida despesa.

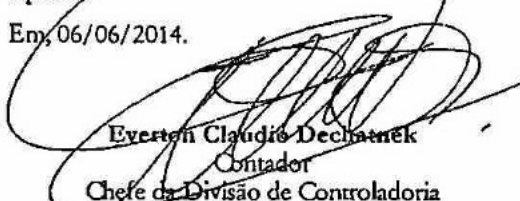
**VI - CONCLUSÃO**

Ante o exposto, conclui-se que a presente despesa tem adequação orçamentária com a LOA e é compatível com a capacidade financeira atual deste Fundo da Justiça.

É a informação.

Curitiba, 06 de junho de 2014.

  
**Marta Ayako Seima Sasaki**  
Contadora  
Divisão de Controladoria

1. Visto.  
2. Encaminhe-se à Diretoria deste Centro de Apoio.  
Em 06/06/2014.  
  
Everton Claudis Dechamnek  
Contador  
Chefe da Divisão de Controladoria




Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**FUNJUS**  
**DIRETORIA**



1. De acordo com as informações prestadas pela Divisão de Controladoria.
2. Encaminhe-se o expediente ao Departamento Econômico e Financeiro.

Curitiba, 06 de junho de 2014.

  
**MOACIR CARNEIRO JUNIOR**  
**Diretor do Centro de Apoio ao FUNJUS**



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL**



Informação nº 264/2014

Senhor chefe:

Trata o presente expediente de impacto orçamentário e financeiro para o anteprojeto de lei que visa a alteração nas tabelas de vencimentos dos níveis AUJ, BAS, AOB, INT E SUP da lei que estabelece os valores dos vencimentos dos servidores do Quadro Efetivo deste Poder, bem como a criação das funções comissionadas de Assistente de Direção de Fórum e Assistente de Plantão Judiciário de 1º Grau.

Na informação nº 442/2014-DC, o FUNJUS apresentou o impacto orçamentário e financeiro estimado para os servidores pagos por este Fundo, que estão contidos no demonstrativo abaixo, conforme tabela 5.

Quanto a análise dos custos constantes nas informações retro, a projeção para o presente exercício e para os dois exercícios seguintes, em relação aos limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão é de caráter continuada, ficam a seguir demonstrados:

**I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF**

R\$ 1,00						
EXERCÍCIOS	2014	%	2015	%	2016	%
RCL	27.175.502.183		29.077.787.336		31.113.232.450	
DLP	1.263.037.617	4,65	1.399.582.824	4,81	1.476.632.681	4,75
Servidores - TJ	13.715.374		38.376.161		41.413.648	
Serv. - FUNJUS	3.823.426		6.379.270		6.762.026	
TOTAL	17.538.800		44.755.431		48.739.174	
DLP 2	1.280.576.417	4,71	1.444.338.255	4,97	1.525.371.855	4,90

**Observações:**

- 1) Para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 7% ao ano.
- 2) Para o valor da Despesa Líquida de Pessoal - DLP foi calculado com base na projeção anual de 10% das despesas com a folha de pagamento (TJ e FUNJUS) e processos que foram informados.
- 3) Para a Despesa Líquida de Pessoal 2 - DLP 2 é o somatório da despesa DLP mais o custo do presente expediente.
- 4) Para as alterações as tabelas dos servidores - TJ em alcance por este anteprojeto de lei, foi considerada a reposição de 6,28% para 2014 e a estimativa de reposição inflacionária de 6% a.a. para maio dos anos de 2015 e 2016.

Os limites de despesa com pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

- 1) alerta, inciso II do § 1º do Art. 59, é de 5,40%;
- 2) prudencial, § único do Art. 22, é de 5,70%;
- 3) máximo (Tribunal de Justiça), § 1º do Art. 20, é de 6,00%.

Compete, a esta unidade orçamentária, analisar sob os enfoques das Leis de Orçamento as despesas com os servidores remunerados pela Divisão de Folha de Pagamento - DEF, conforme a seguir demonstrado:

**II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA**

Verificando o contido na Lei Orçamentária Anual nº 17.886/13 para o exercício de 2014, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado, para atender as despesas com servidores ativos, que serão processadas através do Projeto/Atividade - 0501.02061434.005 - Promover e Gestionar as Atividades Judiciárias e as despesas com servidores inativos serão processadas



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL**



Informação nº 264/2014

através do Projeto/Atividade - 0501.09272999.002 Encargos com Inativos e Pensionistas - TJ.

**III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 17.631/2013, para o exercício de 2014, no artigo 7º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9,5% da receita líquida.

**IV - PLANO PLURIANUAL - PPA**

A Lei 17.013/11 que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2.012 a 2.015 o qual estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9,5% para 2014 da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, informo que a despesa em questão está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Finalmente, sugerimos encaminhar este expediente ao Gabinete do Presidente, para os devidos fins.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária.

Em, 06 de junho de 2014.

Bel. José Renato Mazzarotto  
Economista  
Chefe da Seção de Execução Orçamentária

De acordo.

A Diretora deste Departamento.

Em, 06 de junho de 2014.

Bel. Sérgio Vila  
Contador  
Chefe da Divisão de Contadoria Geral

Encaminhe-se ao Gabinete do Presidente.  
Em, 06/06/2014.

Bel. Amarilis Vellozo Machado  
Diretora do Departamento  
Econômico e Financeiro



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pag. 22

Curitiba, 25 de junho de 2014.  
Of. nº 612/2014-GP

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em 25/06/2014

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 JUN. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente:


Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração dos vencimentos dos cargos dos Grupos Ocupacionais Básico, Intermediário, Superior e Auxiliares da Justiça dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Justiça, cria funções comissionadas no 1º Grau de Jurisdição e estabelece outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito, por fim, seja dispensada especial atenção à presente proposição, observado, se possível, o Regime de Urgência para a tramitação e votação da presente proposta.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça

15:48 25/06/2014 003328 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre os vencimentos dos cargos dos Grupos Ocupacionais Básico, Intermediário, Superior e Auxiliares da Justiça dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Justiça, cria funções comissionadas no 1º Grau de Jurisdição e estabelece outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 25 de junho de 2014.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça



## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN. 2014

SENHOR PRESIDENTE,

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 003395 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados com numeração circunscrita]*

16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Paulo Miro
- 2 - Hermos Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turini
- 5 - Rose "Citro"
- 6 - Stephanes Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexandre Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Buhner
- 15 - Ademar Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio

**PROJETO DE LEI 308/14**

**Súmula:** Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, inscritos em dívida ativa ou não, de empresas em processo de recuperação judicial e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica autorizado o parcelamento de débitos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, de empresas em processo de recuperação judicial.

**Parágrafo único.** O parcelamento, na forma estabelecida nesta Lei, somente poderá ser requerido após o deferimento, devidamente comprovado, do processamento da recuperação judicial, nos moldes do art. 52 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

**Art. 2º** O pedido de parcelamento abrangerá todos os débitos tributários existentes em nome do devedor, contribuinte ou responsável, inscritos em dívida ativa ou não, inclusive os ajuizados.

**Parágrafo único.** O disposto no “caput” não alcança:

I - os parcelamentos em curso;

II - os débitos cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966).



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 3º** Os débitos tributários poderão ser pagos em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais consecutivas, observadas as demais condições desta Lei.

**§ 1º** O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos nele incluídos.

**§ 2º** O parcelamento estabelecido por esta Lei, quando se tratar de débito ajuizado, independe do oferecimento de qualquer garantia, ficando mantidas as garantias já existentes.

**§ 3º** O débito objeto de parcelamento será consolidado na data da concessão, com todos os acréscimos previstos na legislação.

**§ 4º** O débito parcelado estará sujeito:

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC mensal aplicado sobre os valores do imposto e da multa constantes da parcela;

II - a juros de um por cento ao mês ou fração sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do disposto no inciso I;

III - ocorrendo o pagamento antecipado das parcelas, a juros vincendos correspondentes ao somatório da SELIC mensal até a data do efetivo pagamento.

**§ 5º** O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 6 (seis) UPF/PR.

**§ 6º** O parcelamento não exonera o devedor do pagamento de eventuais custas, emolumentos, honorários advocatícios e demais encargos legais, quando devidos.

**Art. 4º** Implica imediata rescisão do parcelamento:

I - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de valor equivalente a três parcelas;

III - o inadimplemento de quaisquer das duas últimas parcelas ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

IV - a decretação da falência;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

V - a não concessão da recuperação judicial.

§ 1º Rescindido o parcelamento, o saldo do débito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão de dívida ativa para início ou prosseguimento da cobrança judicial, vedado, em qualquer caso, o reparcelamento previsto nesta Lei.

§ 2º Para fins de aplicação do inciso IV, a Procuradoria Geral do Estado, quando notificada judicialmente, enviará à Secretaria de Estado da Fazenda a relação de contribuintes em recuperação judicial que tiverem a falência decretada.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 30/06/2014

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 053 /2014

Curitiba, 23 de junho de 2014.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 30 JUN. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, inscritos em dívida ativa ou não, de empresas em processo de recuperação judicial, e dá outras providências.

A presente medida visa a implementação do Convênio ICMS 59/2012 para dispor sobre a concessão de parcelamento especial de débitos estaduais tributários, inscritos em dívida ativa ou não, de devedores do ICMS e do IPVA, em recuperação judicial.

A Coordenadoria de Dívida Ativa Ajuizada da Procuradoria Geral do Estado entendendo oportuna a concessão de parcelamento diferenciado às empresas em recuperação judicial, posto que a inexistência de regramento específico vem tornando inviável a cobrança dos débitos fiscais ajuizados, ante a ausência de patrimônio descomprometido com o plano de recuperação, a dificuldade de responsabilização dos devedores e a impossibilidade de decretação da falência, e mencionando a existência do Convênio ICMS 59/2012, do qual o Estado do Paraná é signatário, que autoriza a concessão de parcelamento especial para as empresas em recuperação judicial, em prazo diferenciado de 84 (oitenta e quatro) meses, sem redução de multa ou juros, apresentou proposta do presente Anteprojeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.970.579-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:52 30/06/2014 00:33:41 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Considerando as dificuldades enfrentadas nas execuções fiscais de empresas em processo de recuperação judicial regulada pela Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 e em face do disposto nos §§ 3º e 4º de art. 155-A do Código Tributário Nacional, que determinam que lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial, sendo que na inexistência dessa lei devem ser aplicadas as leis gerais de parcelamento, e em razão de jurisprudência que está sendo formada, no sentido de que, na inexistência dessa lei específica, não se exigirá a apresentação das certidões negativas, a proposição pretende alterar a legislação deste Estado no sentido de possibilitar a essas empresas condições de quitar seus débitos fiscais mediante parcelamento especial.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN 2014

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douro Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 003395 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados com numeração circunscrita]*  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Plauto Miro
- 2 - Hermas Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turinir
- 5 - Rose "Citro"
- 6 - Stephanos Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexandre Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Buhner
- 15 - Ademar Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio

PROJETO DE LEI 309/14

**Súmula:** Dá nova redação ao *caput* do art. 27 da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 27, da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR será gerido pela Agência de Fomento do Estado do Paraná, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias), com poderes para contratar instituições financeiras, não controladas pela Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, que se responsabilizem pela administração dos recursos financeiros em contas vinculadas e, segundo condições previamente definidas em regulamento, pela alienação de bens gravados.”

**Art. 2º** Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a alienar e dar em garantia quaisquer ações preferenciais de empresas por ele controladas, com a finalidade de adimplir obrigações dos contratos de Parcerias Público-Privadas integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias), e em especial compor o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR ou Conta Garantia específica.

**Parágrafo único.** A alienação prevista no *caput* deste artigo será feita de acordo com as disposições legais que regulam o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) e os termos contratuais ajustados em cada Parceria Público-Privada.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 30 JUN 2014

Presidente



MENSAGEM  
Nº 056 /2014

Curitiba, em 26 de junho de 2014

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.C.**

Em, 30 JUN. 2014

*Mauro*  
**1º Secretário**

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei visando a alteração ao *caput* do art. 27, da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, buscando transferir a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR, atualmente gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, para a Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PARANÁ.

A FOMENTO PARANÁ, criada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, é o agente financeiro do Governo do Estado do Paraná, tendo como missão precípua apoiar e financiar iniciativas compatíveis com a Política de Desenvolvimento de Governo do Estado do Paraná.

Para cumprir sua missão, a FOMENTO PARANÁ vem, ao longo dos anos de sua existência, se notabilizando como uma instituição referência na gestão e na administração de fundos e de ativos de titularidade do Estado do Paraná, merecendo destaque o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, o Fundo de Equalização ao Microcrédito e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Dada a importância e a peculiaridade dos Fundos Garantidores, sua gestão deve ser colocada sob a responsabilidade de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional – SFN, especialmente em razão da regulação e do controle aos quais se submetem, exercidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a exemplo do que já ocorre em outras unidades da Federação, como Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Nesse ambiente jurídico, a FOMENTO PARANÁ tem sido destaque nacional, obtendo grau de investimento pelas principais agências avaliadoras de risco internacional, sendo umas das únicas instituições financeiras do país a manter seu grau de classificação no corrente ano, tendo, portanto, credibilidade nacional e internacional inquestionável, aspecto indispensável para a instituição responsável pela gestão do FGP/PR.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/Prot. 13.202.838-9

Por força da Lei Estadual nº 17.904 de 02 de janeiro de 2014, a FOMENTO PARANÁ já possui a incumbência de gerir os valores da denominada Conta Garantia, destinada ao adimplemento das obrigações contraídas nos contratos de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Por fim, importante lembrar a nova redação conferida à Lei Estadual nº 11.741 de 19 de junho de 1997 pela Lei Estadual nº 17.906, de 02 de janeiro de 2014, que definiu, em seu artigo 3º, como objetivo social da FOMENTO PARANÁ, dentre outros, a administração de Fundos e a prestação de garantias.

Por tais motivos, justifica-se a alteração do *caput* do art. 27, da Lei 17.046, de 2012, transferindo a Gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR para a FOMENTO PARANÁ, acompanhando as diretrizes do Governo do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

## CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Atos



Página para impressão

Lei 17046 - 11 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8629 de 12 de Janeiro de 2012

**Súmula:** Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias público-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

**§ 1º.** O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

**§ 2º.** Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

**§ 3º.** Toda celebração de parceria público-privada mencionada no caput deste artigo deverá ser devidamente informada à Assembleia Legislativa do Paraná pelos respectivos órgãos, fundos ou entidades envolvidos no âmbito do Programa ora instituído.

**Art. 2º.** Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

**§ 1º.** Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 2º.** Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**§ 3º.** Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 4º.** É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

**I** - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

**II** - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 05 (cinco) anos; ou

**III** - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**Art. 3º.** As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos arts. 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987/1995 e no art. 31, da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995.



**IV** - recursos orçamentários destinados ao FGP/PR;

**V** - receitas de contratos de parceria público-privada, desde que destinados ao FGP/PR;

**VI** - rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio FGP/PR;

**VII** - doações, auxílios, contribuições ou legados destinados ao FGP/PR

**VIII** - outras receitas destinadas ao fundo.

**§ 1º.** Os bens e direitos transferidos ao FGP/PR, quando não existir preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis auditadas, serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

**§ 2º.** Os bens imóveis constantes do Anexo I serão aportados no FGP/PR no valor de sua avaliação, passando a ser considerados automaticamente desafetados, sendo que outros bens imóveis poderão ser aportados ao FGP/PR, mediante prévia autorização legislativa.

**Art. 27.** O FGP/PR será gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do Programa Parcerias Público-Privadas do Paraná, com poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Os recursos a que se refere este artigo poderão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

**Art. 28.** O estatuto e o regulamento do FGP/PR devem ser aprovados em assembleia dos cotistas, competindo a representação do Estado, em referida assembleia, ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias.

**Art. 29.** A presidência do FGP/PR deve remeter ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, com periodicidade semestral, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade e liquidez do FGP/PR e demais fatos relevantes, sem prejuízo de parecer de auditores independentes, conforme definido em regulamento.

**§ 1º.** Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do FGP/PR devem observar as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação correlata.

**§ 2º.** O FGP/PR não deve pagar rendimentos a seus cotistas.

**Art. 30.** As condições para concessão de garantias pelo FGP/PR, as modalidades e a utilização dos recursos do Fundo por parte do beneficiário devem ser definidas em regulamento.

**Parágrafo único.** Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do FGP podem ser objetos de constrição judicial e alienação, para satisfazer as obrigações garantidas.

**Art. 31.** É vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do FGP/PR.

**Art. 32.** As garantias do FGP/PR serão prestadas nas seguintes modalidades:

**I** - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

**II** - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do FGP/PR, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

**III** - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP/PR;

**IV** - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP/PR ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

**V** - outros contratos que produzem efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;



## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

30 JUN. 2014

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15107 30/06/2014 08:33:55 DPR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados subscrevendo o requerimento, com circulações de números de identificação]*

16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Plauto Miro
- 2 - Hermas Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turipirí
- 5 - Rose "Citro"
- 6 - Stephanos Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexandre Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Bührer
- 15 - Ademar Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Carli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 310/14**

Súmula: Dispõe sobre o Quadro  
Próprio dos Servidores da Secretaria  
de Estado da Saúde - QPSS.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica instituído o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde conforme o disposto na presente Lei.

**Art. 2º** São integrantes do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde, regulamentado por esta lei os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei 13.666 de 05 de julho de 2002, alocados na Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

**Art. 3º** O Quadro Próprio dos Servidores da Saúde é formado pela carreira de Promotor de Saúde, constituída por três cargos, denominados Promotor de Saúde Profissional, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Fundamental, com quantidades fixadas por cargo, na forma do Anexo II, entendendo-se cargo como unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, composto por funções singulares e multiocupacionais, conforme relação constante do Anexo III, e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, com as seguintes características:

I - Promotor de Saúde Profissional: exigência de escolaridade de nível superior e registro profissional no órgão de classe, para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei;

II - Promotor de Saúde Execução: exigência de escolaridade de nível médio, profissionalizante ou pós-médio e registro profissional no órgão de classe, para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei;

III - Promotor de Saúde Fundamental: exigência de escolaridade de nível fundamental;

IV - Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 1º O Perfil Profissiográfico, entendendo-se como o documento formal de descrição do cargo e suas funções e das exigências a elas associadas, servirão de base para a realização de concursos públicos e efetivação do processo de avaliação especial de desempenho no estágio probatório, e serão publicados por ato conjunto dos titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Saúde – SESA, em até 120 dias, a contar da data da publicação desta lei.

§ 2º A mudança de função poderá ocorrer para o funcionário público estável que atender aos requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, desde que haja interesse da administração, observado o perfil profissiográfico e ocorrerá por ato conjunto dos Titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Saúde – SESA.

§ 3º A mudança de função será regulamentada, por ato conjunto dos titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Saúde – SESA, em até 90 dias, a contar da data da publicação desta lei.

§ 4º A mudança de função por readaptação obedecerá a legislação pertinente.

**Art. 4º** A estrutura de remuneração da Carreira de Promotor de Saúde é composta por:

I - Vencimento básico;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Salário Família; e

IV - Gratificação por Atividade de Saúde - GAS, concedida em razão do caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida aos servidores com lotação em Unidades Hospitalares e demais unidades, na forma do Anexo V desta Lei.

§ 1º Excluem-se dos efeitos do Inciso IV os servidores à disposição de outros órgãos, salvo aqueles cedidos aos municípios, que comprovadamente executem atividades em saúde, conforme disposições previstas na Lei Federal nº 8.080/90.

§ 2º A tabela de vencimento básico do QPSS é a constante do Anexo I desta Lei.

§ 3º Será concedida Gratificação pelo Serviço Extraordinário ao servidor escalado pela Administração a permanecer no trabalho além de seu horário normal, no limite de 33,33% da remuneração mensal do servidor, com os seguintes percentuais:

I - acréscimo de 50% do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em dias úteis;

II - acréscimo de 100% do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em domingos e feriados;

III - o servidor submetido ao Regime de Trabalho em Turnos (RTT) não tem direito à percepção do adicional da hora normal, quando escalado nos domingos e feriados, salvo se extrapolar sua jornada;

IV - a Gratificação de Atividade de Saúde – GAS compõe a base de cálculo da Gratificação pelo Serviço Extraordinário e do Adicional pelo Trabalho Noturno.

§ 4º O Regime de Plantão de Sobreaviso será pago, na proporção de um terço do valor da hora normal de trabalho, ao servidor escalado previamente pela Administração a permanecer além da jornada diária, fora do local de trabalho e disponível ao pronto atendimento de Atividade de Saúde, limitada à escala de até 24 horas ininterruptas e observado o intervalo mínimo de 12 horas.

§ 5º No plantão de sobreaviso o servidor, quando chamado, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas, na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 6º Será concedido Adicional pelo Trabalho Noturno, considerando-se a hora noturna como 52 minutos e 30 segundos, correspondente a 20% do valor da hora normal, para o trabalho executado entre 22:00 horas e 05:00 horas da manhã.

§ 7º Os componentes remuneratórios previstos nesta Lei comporão a base contributiva para os efeitos da inatividade, conforme dispositivos constitucionais.

**Art. 5º** A Gratificação de Atividade de Saúde – GAS será reajustada na mesma data e percentual aplicado a título de reajuste geral anual.

**Art. 6º** A carga horária dos servidores do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde será de 40 horas semanais, correspondendo à jornada de oito horas diárias, com exceção da função de médico que será de 20 horas semanais com jornada de quatro horas diárias.

§ 1º A jornada de trabalho poderá ser cumprida em Regime de Trabalho em Turno, que poderá ser utilizada pela Administração para as atividades com atuação ininterrupta de 24 horas de serviço, correspondendo à jornada de trabalho semanal fixada nesta Lei, na seguinte forma:

I - 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com duas folgas mensais para servidor com jornada de oito horas diárias;

II - 12 horas de trabalho por 72 horas de descanso para servidor na função de médico,

com jornada de quatro horas diárias.

**§ 2º** O regime de Trabalho em Turno compreenderá, além dos dias úteis, os sábados, domingos e feriados, considerando o seguinte:

I - incidirá falta ao servidor que escalado, deixar de comparecer ao trabalho, incluindo essa incidência o período do descanso;

II - os dias de atestado médico, coincidentes com folgas compensatórias de que trata o presente artigo, não geram direito à compensação da jornada de trabalho;

III - o intervalo para refeição, durante o regime de plantão a que for escalado o servidor, terá a duração de 30 minutos correspondentes ao tempo necessário para a refeição ou lanche e será considerado horas trabalhadas, podendo ser dispensado do registro do ponto nesse período de tempo;

IV - no Regime de Trabalho em Turno, os sábados, domingos e feriados são considerados dias úteis, portanto não haverá compensação por meio de folga para os servidores escalados para esses dias.

**§ 3º** Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais.

**Art. 7º** O desenvolvimento nas carreiras, para os servidores estáveis, dar-se-á pelos institutos da promoção e da progressão.

**§ 1º** Promoção é a elevação salarial da classe ocupada para a classe imediatamente superior, dentro do cargo ocupado.

**§ 2º** A progressão é a elevação salarial, da referência salarial ocupada para outra, nos termos definidos no artigo 9º, dentro da mesma classe e cargo ocupado.

**Art. 8º** A promoção ocorrerá alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo que na primeira promoção, o servidor deverá optar pelo critério que entender mais conveniente.

**§ 1º** Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe C, com tempo mínimo de 15 (quinze) anos completos de efetivo exercício.

**§ 2º** Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe B, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 3º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe C, com tempo mínimo de 10 (dez) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º.

§ 4º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe B, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º.

§ 5º A titulação para fins de promoção por merecimento atenderá aos seguintes critérios:

I - para os servidores ocupantes do cargo de Promotor de Saúde Profissional, titulação compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação na forma de pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado, conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

II - para os servidores ocupantes do cargo de Promotor de Saúde Execução:

a) titulação na forma de curso de ensino médio profissionalizante que não tenha sido exigência de ingresso, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 180 (cento e oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

III - Para os servidores ocupantes do cargo de Promotor de Saúde Fundamental:

a) titulação na forma de curso de ensino médio, curso de ensino médio profissionalizante, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 80 (oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

**Art. 9º** A progressão ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

§ 2º A primeira progressão por merecimento poderá ocorrer a partir da data do cumprimento do estágio probatório e as demais a cada quatro anos, equivalente a uma

ou duas referências salariais, obedecidos aos seguintes requisitos:

I - para o cargo de Promotor de Saúde Profissional - até duas referências, mediante apresentação de certificados de cursos compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação, sendo uma referência para cada 120 (cento e vinte) horas.

II - para o cargo de Promotor de Saúde Execução - até duas referências, mediante apresentação de certificados de cursos compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas.

III - para o cargo de Promotor de Saúde Fundamental - até duas referências, mediante apresentação de certificados de cursos compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas.

**§ 3º** Somente serão aceitos certificados de cursos com carga horária mínima de oito horas.

**Art. 10.** Para efeitos de promoção e progressão na Carreira de Promotor de Saúde poderão ser utilizados certificados de cursos realizados antes do ingresso na mesma, desde que sejam afetos ao cargo, função e/ou área de atuação, vedada a reapresentação de títulos utilizados anteriormente, inclusive aqueles utilizados para promoção ou progressão nas carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

**§ 1º** Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

**§ 2º** Os documentos comprobatórios de titulação ficarão sem eficácia para os institutos de desenvolvimento na carreira e os efeitos financeiros serão contados a partir da data de publicação do ato de concessão da promoção ou progressão.

**Art. 11.** O enquadramento no QPSS deverá obedecer a correlação a seguir:

I - Promotor de Saúde Profissional – abrangendo todos os atuais servidores ocupantes do cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, alocados na Secretaria de Estado da Saúde.

II - Promotor de Saúde Execução - abrangendo todos os atuais servidores ocupantes do cargo de Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo, alocados na Secretaria de Estado da Saúde; e

III - Promotor de Saúde Fundamental - abrangendo todos os atuais servidores ocupantes do cargo de Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo, alocados na Secretaria de Estado da Saúde.

**Parágrafo único.** O enquadramento será efetivado a partir do mês subsequente ao

mês de vigência da presente Lei, observando:

I - enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para o Quadro Próprio dos Servidores da Saúde – QPSS, na forma do Anexo IV desta Lei.

II - obedecida a correlação de cargos e funções, o enquadramento ocorrerá em referência com valor igual ou imediatamente superior ao atualmente percebido, conforme Tabela de Vencimento constante do Anexo I desta Lei;

**Art. 12.** São aplicáveis aos servidores do QPSS as disposições da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

**Art. 13.** A contagem de tempo para os efeitos dos institutos de desenvolvimento nesta carreira, considerará o tempo transcorrido e não aproveitado para o desenvolvimento nas carreiras do QPPE.

**Art. 14.** Os servidores constantes do anexo VI, desta Lei, serão enquadrados no cargo de promotor de saúde execução, de nível médio, requisito de escolaridade exigido por ocasião de seus respectivos ingressos.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 90 dias a contar da data da publicação e nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO I**  
**TABELA SALARIAL**

CARREIRA	CARGO	CLASSES	REFERÊNCIAS								
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROMOTOR DE SAÚDE	PROMOTOR DE SAÚDE FUNDAMENTAL	C	1.010,00	1.060,50	1.113,53	1.169,20	1.227,86	1.289,04	1.353,50	1.421,17	1.492,23
		B	1.566,84	1.645,18	1.727,44	1.813,81	1.904,51	1.999,73	2.099,72	2.204,70	2.314,94
		A	2.430,69	2.552,22	2.679,83	2.813,82	2.954,51	3.102,24	3.257,35	3.420,22	3.591,23
	PROMOTOR DE SAÚDE EXECUÇÃO	C	1.595,00	1.674,75	1.758,49	1.846,41	1.938,73	2.035,67	2.137,45	2.244,33	2.356,54
		B	2.474,37	2.598,09	2.727,99	2.864,39	3.007,61	3.157,99	3.315,89	3.481,68	3.655,77
		A	3.838,56	4.030,49	4.232,01	4.443,61	4.665,79	4.899,08	5.144,03	5.401,24	5.671,30
	PROMOTOR DE SAÚDE PROFISSIONAL	C	3.400,00	3.570,00	3.748,50	3.935,93	4.132,72	4.339,36	4.556,33	4.784,14	5.023,35
		B	5.274,52	5.538,24	5.815,15	6.105,91	6.411,21	6.731,77	7.068,36	7.421,77	7.792,86
		A	8.182,51	8.591,63	9.021,21	9.472,27	9.945,89	10.443,18	10.965,34	11.513,61	12.089,29

**ANEXO II**  
**QUANTITATIVO DE VAGAS**

CARGO	VAGAS
PROMOTOR DE SAÚDE PROFISSIONAL	3.109
PROMOTOR DE SAÚDE EXECUÇÃO	3.080
PROMOTOR DE SAÚDE FUNDAMENTAL	3.016
TOTAL	9.205

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DE FUNÇÕES**

CARGO/CÓDIGO	FUNÇÕES/CÓDIGO
PROMOTOR DE SAÚDE PROFISSIONAL - CSPP	ADMINISTRADOR - PPAD
	ANALISTA DE SISTEMAS - PPAN
	ARQUITETO - PPAR
	ASSISTENTE SOCIAL - PPAS
	BIBLIOTECÁRIO - PPBL
	BIÓLOGO - PPBQ
	COMUNICADOR SOCIAL - PPCS
	CONTADOR - PPCO
	DESENHISTA INDUSTRIAL (em extinção) - PPDI
	ECONOMISTA - PPEC
	ENFERMEIRO - PPEN
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO - PPEA
	ENGENHEIRO CIVIL - PPEL
	ENGENHEIRO DE ALIMENTOS - PPET
	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - PPES
	ENGENHEIRO ELETRICISTA - PPEE
	ENGENHEIRO MECÂNICO - PPEO
	ENGENHEIRO SANITARISTA - PPER
	ESTATÍSTICO - PPTS
	FARMACÊUTICO - PPFM
	FÍSICO - PPFS
	FISIOTERAPEUTA - PPFI
	FONOAUDIÓLOGO - PPFO
	MÉDICO - PPME
	MÉDICO DO TRABALHO - PPMT
	MÉDICO VETERINÁRIO - PPMV
	NUTRICIONISTA - PPNU
	ODONTÓLOGO - PPOD
	MUSICOTERAPEUTA - PPMU
	PEDAGOGO - PPPD
	PSICÓLOGO - PPSI
	QUÍMICO - PPQM
	SOCIÓLOGO - PPSO
	TECNÓLOGO - PPTC
	TERAPEUTA OCUPACIONAL - PPTP



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

CARGO/CÓDIGO	FUNÇÕES/CÓDIGO
PROMOTOR DE SAÚDE EXECUÇÃO - CSPE	ASSISTENTE DE FARMÁCIA - PEAf
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PEAE
	DESENHISTA INDUSTRIAL - PEDD
	DESENHISTA TÉCNICO - PEDT
	EDUCADOR SOCIAL - PEES (em extinção)
	INSPECTOR DE SANEAMENTO - PEIS
	TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PETA
	TÉCNICO DE CONTABILIDADE - PETC
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PETE
	TÉCNICO DE LABORATÓRIO - PETL
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA - PETI
	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO - PETM
	TÉCNICO DE RADIOLOGIA - PETR
	TÉCNICO DE SAÚDE - PETS (em extinção)
	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - PETT

CARGO/CÓDIGO	FUNÇÕES/CÓDIGO
PROMOTOR DE SAÚDE FUNDAMENTAL - CSPF	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - PFAD
	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO - PFAM
	AUXILIAR DE SAÚDE (em extinção) - PFAS
	AUXILIAR OPERACIONAL - PFAO
	MOTORISTA - PFMO
	TELEFONISTA - PFTL

**ANEXO IV**  
**CORRELAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES**

DE: SITUAÇÃO ANTERIOR		PARA: SITUAÇÃO ATUAL	
CARGO NO QPPE	FUNÇÃO NO QPPE	CARGO NO QPSS	FUNÇÃO NO QPSS
AGENTE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR	PROMOTOR DE SAÚDE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR
	ARQUITETO		ARQUITETO
	ASSISTENTE SOCIAL		ASSISTENTE SOCIAL
	BIBLIOTECÁRIO		BIBLIOTECÁRIO
	BIÓLOGO		BIÓLOGO
	BIOQUÍMICO		FARMACÊUTICO
	COMUNICADOR SOCIAL		COMUNICADOR SOCIAL
	CONTADOR		CONTADOR
	DESENHISTA INDUSTRIAL		DESENHISTA INDUSTRIAL (em extinção)
	ECONOMISTA		ECONOMISTA
	ENFERMEIRO		ENFERMEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO		ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL		ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO		ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
	ENGENHEIRO ELETRICISTA		ENGENHEIRO ELETRICISTA
	ENGENHEIRO MECÂNICO		ENGENHEIRO MECÂNICO
	ENGENHEIRO SANITARISTA		ENGENHEIRO SANITARISTA
	ESTATÍSTICO		ESTATÍSTICO
	FARMACÊUTICO		FARMACÊUTICO
	FÍSICO		FÍSICO
	FISIOTERAPEUTA		FISIOTERAPEUTA
	FONOAUDIÓLOGO		FONOAUDIÓLOGO
	MÉDICO		MÉDICO
	MÉDICO DO TRABALHO		MÉDICO DO TRABALHO
	MÉDICO VETERINÁRIO		MÉDICO VETERINÁRIO
	NUTRICIONISTA		NUTRICIONISTA
	ODONTÓLOGO		ODONTÓLOGO
	PEDAGOGO		PEDAGOGO
	PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR		PROMOTOR DE SAÚDE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (em extinção)
	PSICÓLOGO		PSICÓLOGO
	QUÍMICO		QUÍMICO
	SOCIÓLOGO		SOCIÓLOGO
	TECNÓLOGO		TECNÓLOGO
	TERAPEUTA OCUPACIONAL		TERAPEUTA OCUPACIONAL



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

CARGO NO QPPE	FUNÇÃO NO QPPE	CARGO NO QPSS	FUNÇÃO NO QPSS
AGENTE DE EXECUÇÃO	ASSISTENTE DE FARMÁCIA	PROMOTOR DE SAÚDE EXECUÇÃO	ASSISTENTE DE FARMÁCIA
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		AUXILIAR DE ENFERMAGEM
	DESENHISTA TÉCNICO		DESENHISTA TÉCNICO
	EDUCADOR SOCIAL		EDUCADOR SOCIAL (em extinção)
	INSPECTOR DE SANEAMENTO		INSPECTOR DE SANEAMENTO
	TÉCNICO ADMINISTRATIVO		TÉCNICO ADMINISTRATIVO
	TÉCNICO DE CONTABILIDADE		TÉCNICO DE ENFERMAGEM
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM		TÉCNICO DE LABORATÓRIO
	TÉCNICO DE LABORATÓRIO		TÉCNICO DE RADIOLOGIA
	TÉCNICO DE RADIOLOGIA		TÉCNICO DA SAÚDE (em extinção)
	TÉCNICO DE SAÚDE		
	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO		TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

CARGO NO QPPE	FUNÇÃO NO QPPE	CARGO NO QPSS	FUNÇÃO NO QPSS
AGENTE DE APOIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	PROMOTOR DE SAÚDE FUNDAMENTAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		AUXILIAR DE MANUTENÇÃO
	AUXILIAR DE SAÚDE		AUXILIAR DE SAÚDE (em extinção)
	AUXILIAR OPERACIONAL		AUXILIAR OPERACIONAL
	MOTORISTA		MOTORISTA
	TELEFONISTA		TELEFONISTA

## ANEXO V

### GAS - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SAÚDE

ATIVIDADE	VALOR
Unidades de alta complexidade: Unidades Hospitalares, Centro Psiquiátrico Metropolitano - CPM, Laboratório Central do Estado - LACEN, Centro de Pesquisa e Produção Imunológica - CPPI, Centro de Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR, Rede de Sangue e Serviço de Transporte Inter-Hospitalar	R\$ 1.068,83
Unidades básicas e operacionais de saúde: Instituto Médico Legal - IML, Centros Regionais de Especialidades, Centro de Atendimento Integral ao Deficiente, Centro de Atendimento Integral aos Fissurados, Núcleos Integrados de Serviços de Saúde, Administração Central e Regionais de Saúde e demais ambulatórios.	R\$ 763,44



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO VI**

NOME	RG	ADMISSÃO
ADELAR ANTONIO DE FARIAS	69115187	01/03/84
ADELIR EVA TOMICKI	33492910	15/05/89
ADEMIR OLIVER	23294923	28/09/83
ADMAR JOSE CARNEIRO	18834642	11/12/81
ADSO RIVELINO DE QUADROS	54893892	15/05/89
AIRTON DA SILVA	43768808	14/12/90
ALBERTINO CECINEL	16097250	06/07/84
ALCIDES FONTANA FORMENTIN	40737448	15/05/89
ALCIONE ALVES FERNANDES	20706147	14/05/81
ALCIR VELOZO CUSTODIO	31216133	28/05/86
ALTINO CARLOS DE CAMPOS	20257989	27/07/81
ALTINO ROBERTO DO CARMO	32144390	09/01/84
ALVARO ALVES PEREIRA	16289841	18/08/77
AMARILDO EUGENIO GRYZAK	34806136	11/05/84
AMAURI LISBOA	47800420	26/06/90
AMILTON CORDEIRO DOS SANTOS	18364611	09/07/84
ANA CECILIA HOMMAM	54227701	31/05/89
ANA CRISTINA CARNEIRO DA MATTA COSTA	13209235	12/04/90
ANA ELIZABETH FERREIRA DA COSTA	14084657	02/01/80
ANTENOR CUCO	17149938	04/12/81
ANTONIO ARNILTO PETRY	39965321	01/02/84
ANTONIO DA SILVA LOPES	21160466	01/07/81
ANTONIO NEGRIZOLLI FILHO	20486988	01/07/81
ANTONIO PEDRO CORREIA	30876695	24/10/83
ANTONIO VILSON MACHADO DE OLIVEIRA	16143790	08/03/82
APARECIDA DE OLIVEIRA	17293230	01/07/81
APARECIDA EMILIA GAINO	8877050	06/10/81
APARECIDA ROMERO BASTILHA	18812622	28/06/89
APARECIDO BOSQUETTI	17989308	08/07/81
APARECIDO DONIZETI FAGIOLO	16409677	19/12/89
ARILDO FERRAZ DE BARROS	40678050	30/05/90
ARNOLDO VITORIO MULLER	21500127	07/10/80
AROLDO SKUBISZ	9870016	15/05/81
ARONE PILAR DO ROSARIO COSTA	33334265	15/05/89
ARTUR CORDEIRO NETO	12606273	08/03/82
BENEDITO BENTO	40381384	22/02/91
BENEDITO JOSE DA SILVA	9903607	15/09/81
BENTO DOS SANTOS	31013330	01/12/81



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

CANDIDO JOSE THOMAZ PEREIRA	30636260	30/03/82
CARLOS BENTO DE CAMARGO	12480989	03/03/86
CARLOS ZARINELLO	31128072	10/05/82
CASTORINA APARECIDA DE MORAIS	10734134	10/08/81
CELSO JORGE BRONSTRUP	17393642	08/11/84
CLARICE MACEDO DO NASCIMENTO JUNQUEIRA	14078312	19/02/90
CLARINDO BARBIERI	22494538	10/10/83
CLAUDIA METZ DE MELLO	57932066	18/01/91
CLAUDICEIA BESTEL	34031029	08/03/82
CLAUDIO APARECIDO PEREIRA	34587167	09/08/84
CLAUDIO CAYRES PARRALEGO	8661570	01/07/81
CLAUDIO FORTUNATO DE MELO	34665877	01/07/81
CLAUDIO MANOEL MANELLI SANTOS	18661870	03/12/81
CLAUDIO ROBERTO PAIXAO	45912140	01/02/84
CLAUDIO RUFATO	19626172	01/03/84
CLAUDIOMAR ANTONIO MESSA	45282716	21/12/94
CLAUDIONOR RIBEIRO DA CRUZ	18753120	08/08/84
CLELIA COSTA	41594519	12/05/89
CLEONICE DAS GRACAS SILVEIRA BENDLIN	10094208	31/03/72
CLEUDES MARIA COLLA	33668554	23/12/87
CLOTILDE HAUREFZSKOW DE SOUZA	14260412	01/07/85
COSME ALVES DE OLIVEIRA	38743155	28/05/86
DACIO CASTANHEIRA FILHO	42228095	21/12/90
DALNEY CEZAR FERREIRA	30409116	18/05/81
DANIEL RODRIGUES CECILIO	39083418	10/12/90
DANTE OSMAR SAI	13292019	08/11/88
DIDIANE ROSINHA CAVALLI TSCHA	22811940	12/04/82
DIONISIO PAGNO	9853979	01/07/81
DIRLEI SALVADOR	21666599	17/08/81
DIVO MALACARNE	19511316	27/07/83
DORACI NUNES	20854618	02/07/90
DORVANIR FERREIRA ANDRADE	16526266	01/06/81
DULCINEIA RITA RIBEIRO DE FREITAS	39810913	30/11/89
EDEMEIA MILESTETE	41823127	13/09/90
EDSON ANTONIO PETROSKY	31439779	10/06/81
EDSON MORAES	30434188	10/11/83
EDSON PARUCCI FELIX	30921771	01/07/81
EDUARDO MAINARDES KNOR	7606648	10/07/85
ELAINE GAMERO DE PAULA BANDEIRA	56928642	10/12/90
ELIANA GARCIA ALBA GONCALVES	34216720	01/02/90
ELIANE MARGARET DUARTE PAIM	33213077	11/05/89
ELIANE MARIA ZORTEA RAMALHO	32407668	05/04/89
ELIO DE AZEVEDO OLIVEIRA	31137152	01/07/81



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

ELIZABETE BUSCHI DOS SANTOS	39888025	01/02/91
ELIZABETH LEINDORF DIAS	19168654	03/12/84
ELOINA ALVES CARDOSO	13839808	01/08/84
EMILINHA CESAR	20804840	01/06/82
ENI MARQUES DE LIMA	20981725	06/04/90
ERALDO CAMBAROTTO	16089893	15/03/82
EROTILDES VILGO BATISTA	19186563	11/11/83
EUCLIDES JOSE DE CARLIN	18782510	07/11/84
FATIMA APARECIDA ANDRINI	41596376	28/04/89
FATIMA DAS GRACAS SANTOS	39992710	02/05/89
FLODUARDO SOARES DA SILVA	39476126	14/08/81
FRANCISCA MIRIAN RIBAS DOS SANTOS	40211160	28/12/90
FRANCISCO BARBOSA	34286850	02/06/82
FRANCISCO PERUSSI	15456337	25/06/82
GERSON FERREIRA CRUZ	13018740	02/08/82
GERSON VIEIRA DA COSTA	40364900	21/12/94
GILBERTO JOSE CARVALHO	33468261	14/05/84
GILMAR MULLER	32200346	05/12/83
GILSON ROBERTO MORAES BUENO	33993820	01/02/90
GINA CARDOSO GIAMBARRESI	51155521	16/12/88
HAROLDO CEZAR GONCALVES PASSOS	31868939	17/06/81
HELENA DE ALMEIDA NEVES	41974311	28/09/90
HENRIQUE SUREK	50769488	11/05/84
HERMES POLACHINI	6956882	19/05/83
HILARIO GANZER	64014994	01/07/85
IRACEMA CANDIDA PEREIRA	21147877	29/06/90
IRACY XIMENES WAGENHEIMER LIMA	17148079	24/10/90
IRAI LAMOUNIER	35697870	08/03/82
IRENE MACHARETH MERELIS	44178940	08/05/89
IRIA INES FRAI	35312862	03/12/84
IRMA DE OLIVEIRA	38097822	19/04/89
ITELMO GERMANO DERE	18373602	28/05/86
IVO NADAL	33478321	02/06/81
IVO TAFAREL	34985332	01/07/81
JACOB ALVES DE SOUZA	34293953	24/08/81
JAIR ESTEVAN DE ALMEIDA	13416559	01/09/81
JAIR JOSE CROVADOR	14553541	08/03/82
JAIRO APARECIDO PERES	34552762	28/05/86
JANDIR SALVADOR SANDRI	14149961	01/04/81
JANE CARDOSO DA SILVA	19589331	13/02/89
JANETE NASCIMENTO	42713244	07/12/90
JOAO BATISTA DE PAULA	31005256	15/06/81
JOAO BATISTA MELO DE CARVALHO	46889614	24/10/90



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

JOAO BENTO DE LACERDA	16916994	03/09/84
JOAO CARLOS DOS SANTOS	15713437	04/06/81
JOAO CARLOS JUKA	34609187	12/06/81
JOAO GABRIEL DOS SANTOS	18348195	12/06/81
JOAO ULISSES NUNES CORREA	34510490	01/06/84
JOAQUIM AMANCIO DE CARVALHO	15665866	09/03/84
JOAQUIM AUGUSTO LEAL NETO	14938265	07/11/83
JOAQUIM LUIZ OLIVEIRA MORAIS	13282471	22/06/81
JOAQUIM PALHANO	11551807	01/04/81
JOEL AUGUSTO ROSTY	32204589	03/12/90
JOEL FERNANDES DE FREITAS	22483145	03/12/84
JORGE AGOSTINHO DE ANDRADE	64753851	10/03/82
JORGE LUIS SCHWARZER	44433931	12/05/86
JORGETE OSORIO CERQUEIRA LIMA	44165180	01/02/91
JOSE ALUIZIO CARSTEN	18702274	01/07/81
JOSE ALVES DE ALMEIDA	35397353	09/02/84
JOSE DOS SANTOS	18196972	01/07/81
JOSE EMILIO PEREIRA VILASBOAS	40107266	04/10/83
JOSE FREDERICO MURARO	14424547	14/04/81
JOSE GERALDO TEIXEIRA	41578270	28/05/86
JOSE JAIRO BURG	21094102	05/11/81
JOSE MEOTTI	20213590	14/09/83
JOSE PEDRO DE MOURA	67312155	14/09/81
JOSE RENATO KFFURI	32243649	15/05/81
JOSE RICARDO DEMARIO	15889233	01/03/84
JOSE RIVALDO DOS SANTOS	32371345	01/07/81
JOSE WALTER BRISOLA	12242433	02/08/82
JOSIAS RIBEIRO DA FONSECA JUNIOR	22498002	18/05/81
JOSLEI MARTINS MARIM	41555858	13/05/86
JUCELIA REGINA CORREIA	46100174	16/02/89
JULIANE GONCALVES ACAFRÃO PADILHA	35148361	27/06/90
LARA TATIANA VANDRESEN CARNEIRO	35762574	04/05/89
LAUDELINO BOSON	20122994	17/10/83
LEIDE CASTRO TONDO PUNDRICH	41999403	11/05/89
LICELIA FORNAZIERI ESTEFANUTO	30355628	10/03/89
LORIVAL DE MELO ADAO	19049736	01/04/80
LUCIANO APARECIDO COELLI DE SOUZA	40281070	26/10/88
LUCIO RENATO KOWALSKI	13169632	22/11/71
LUIZ ANTONIO BAIO	8300500	01/07/81
LUIZ BRUNO	14009680	10/01/91
LUIZ CALMO BARROS DE LIMA	12213174	08/03/82
LUIZ CARLOS RAMOS ROMAO	52760992	01/10/96
LUIZ CARLOS RODRIGUES	12050070	01/07/81



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LUZIA BEZERRA DE LIMA VELLO	46801202	02/04/90
MANOEL FURLAN BARBERO	18621380	25/08/80
MARCIA ELOISA SILVA KOLENECZ	31872499	16/03/89
MARCOS ANTONIO HASSEM	33569521	23/03/81
MARCOS ANTONIO MAYER	11553168	26/06/81
MARCOS ARCEU COCHINSKI DOS SANTOS	35821228	01/04/85
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MARQUES	32073662	01/04/81
MARIA APARECIDA FUZARI	32361196	03/02/82
MARIA DE LOUDES FERNADES DOS ANJOS	16537047	07/11/83
MARIA DO CARMO PEDREIRA MILANEZ	9907602	23/11/90
MARIA DO CARMO VASCONCELOS EULALLO DA SILVEIRA	51817451	08/01/90
MARIA DORACI MARCASSI	12370245	01/07/74
MARIA ESTELA PINHA DA COSTA HORINOUTI	36707640	15/05/89
MARIA FERREIRA DOS SANTOS NETA	13816816	01/04/74
MARIA GOBATO TONON	40324445	17/02/89
MARIA HELENA LATOCH ROBAZZA	38606050	03/12/84
MARIA LUCIA BORGES	43023713	15/05/89
MARIA OLIVIA MENDES DE CAMARGO	10496900	12/05/89
MARIA SCHREIBER	13012091	02/07/90
MARIA SILVIA DA CRUZ ZEPECHOUKA	38170910	29/05/89
MARIA ZELIA GOUVEIA LECHINHOSKI	40334815	10/07/85
MARIANA CRISTINA GARCETE VILLALBA	62339500	01/10/96
MARILDE LERMEIN	31686679	22/11/90
MARILEIDE DE SOUZA MARTINS	43813536	08/12/89
MARILIZ RODRIGUES MARQUES	30718380	15/05/81
MARISLEI AURORA ROCHA	20505796	05/06/90
MARISTELA TRAMONTIN	32460372	04/11/81
MARIZA APARECIDA BORTOLASSI	44174014	22/11/90
MARLENE APARECIDA PINTO	56964886	14/02/90
MARLENE CRISTINA EUFRASIO	42443050	16/02/89
MARLI APARECIDA PERIN	39610736	19/10/90
MARLI GONCALVES FERREIRA	52587417	30/11/90
MARLISE MARIA PIZZATTO	30780000	09/04/85
MAURA SANTOS CEZAR	38378651	01/02/90
MAURO ISRAEL XAVIER DE SOUZA	7474733	02/01/76
MIGUEL ARMUNDO DE SOUZA	15827815	06/07/84
MILTON MARIN	35092960	05/07/84
MIRNA BEATRIZ MULLER	31754747	13/04/81
NELIO ACHILES SECCHI	21891304	17/06/81
NELSON DE FREITAS GOIS	20635894	07/11/83
NELSON DERLAM	19656586	06/10/83
NELSON LUIZ ANTUNES	18348934	01/10/80
NELSON NETO	6003540	03/10/83

NEREIDE FATIMA DOS SANTOS BUENO	51499387	16/10/90
NESTOR DE OLIVEIRA	42224103	03/12/84
NEUZA DE JESUS DA CUNHA BONISSONI	42985724	30/01/91
NEUZA VENANCIA DA SILVA	40285598	29/03/90
NEWTON DESLANDES DE SOUZA NETO	9497331	14/08/74
NILSON AGOSTINIS	20495480	01/09/81
ODALY GLORIA	31091446	09/06/81
ORILDO TAMAGNO	21309281	11/08/78
ORLANDA ANTUNES DE BEM	19289788	11/05/89
OSMAR MANOSSO ROSA	19670449	24/08/81
OSNI MIGUEL LUIZ	19019950	27/05/81
OSNI SCHMIGEL	22377086	03/05/82
OSVALDO CAVERSAN	34020248	17/08/81
OSVALDO JENUARIO DA SILVA	15108436	01/07/81
OZIRIS MOREIRA ROCHA	16831778	08/03/82
PAULO CESAR DA SILVA	40488278	28/05/86
PAULO FERNANDES ALMENARA	11353045	09/04/84
REGINA APARECIDA DE SOUZA	40591176	01/04/85
RENATO LOURENCO DIVINO KRAINSKI	31740070	08/03/82
RENY DE JESUS SANTOS CAMARGO	42431397	07/12/90
RICARDO DOS SANTOS BERGAMO	43205064	28/09/90
ROBERTO JOSE CATARINO	33174454	28/05/86
ROGERIO ALBERTO DE OLIVEIRA	19961613	08/03/82
ROJANE ZORTEA KOWALSKI	35872493	07/12/81
ROSANE BAGGIO FAGUNDES	42644838	04/05/89
ROSANGELA JANJACOMO	43582461	12/02/90
ROSNEI DE SOUZA	21838306	01/07/81
SALETE APARECIDA CORDEIRO	40142096	10/01/90
SAMUEL DA SILVA	14961259	01/06/84
SARA SIMONE WERLE	45350576	12/05/89
SCHIRLEY CURIK LINS	19724921	02/07/90
SERGIO ALMEIDA GOMES	39239884	09/08/84
SERGIO VALDIR OST	21685550	15/06/81
SILMARA ALVES	49030495	29/06/90
SINEI DA SILVA	46994329	01/03/89
SOLENIR ROSSINI	43309633	28/05/86
SONIA MARIA FERRONATO BARUFFI	35154248	02/03/84
SUZUKO ELISA YAZIMA ONO	13873925	18/03/88
TEREZINHA CARMEM MARUCHI	21123862	08/03/82
TEREZINHA DE FATIMA LECHINHOSKI SKIBA	44856778	15/05/89
TEREZINHA NICHELATTI	45429202	28/05/86
TOMAZ IGNACHESKI NETO	30245148	10/06/81
VALDIRIO REIS MONTEIRO	22317989	01/09/83



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

VALDOLENI DOS SANTOS	30692519	18/04/90
VALDOMIRO NUEVO	17104063	07/11/83
VALERIA VIDAL GOMES PEREIRA	41668075	27/03/89
VALKIRIA ARROYO LUIZ	63806560	03/04/89
VALMIR INACIO DE OLIVEIRA	34594627	03/07/84
VALMIR OLEGARIO DE SOUZA	33378491	04/05/81
VANIA REGINA DA SILVA CUNHA	42212881	24/10/90
VERA JACINTA STANKIEWICZ	39880830	13/02/89
VERA LUCIA DOS SANTOS	16783650	28/05/86
VERA LUCIA MOCELIN	10693772	02/04/82
VERA LUCIA RIBEIRO	13856230	15/07/81
VILMA APARECIDA PINHEIRO GONCALVES	32051243	17/10/90
VILMA PARREIRA ROBERTO	33227469	12/09/90
VILMAR RODRIGUES DE LARA	21041610	27/03/81
VITOR CHUEDE	12753144	02/03/84
VIVALDINO GARCIA	34267367	22/04/81
WALDECK DA CRUZ MACHADO	22019694	04/05/81
WALTER IGNACIO DE ALMEIDA	31136482	23/06/81
WANDERLEY ZEFERINO RIBEIRO	31215137	01/06/81
WENCESLAU WROBLEWSKI NETO	19983013	08/03/82
WERNER NICOLAU SCHERER	22263862	06/11/84
WILSON CORDEIRO DA SILVA	7576188	01/07/81
WILSON ELEUTERIO DA LUZ	47999235	01/02/90
WILSON RAMAO DA COSTA	32971890	01/03/89
WILSON SURMACZ	39292521	21/09/90
ZELIO JOSE VOLPATTO	22389009	03/03/86

MENSAGEM  
Nº 057/2014

Curitiba, em 30 de junho de 2014



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, 30/06/14

Presidente

Senhor Presidente,

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 30 JUN. 2014

1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Quadro próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, conforme específica.

A qualidade na saúde e valorização dos seus profissionais constituem um binômio cujo resultado é fator preponderante para o desenvolvimento humano, político, econômico e social.

Reconhecer e valorizar os funcionários que atuam na área da saúde significa inverter a lógica de desvalorização e invisibilidade desses profissionais.

A aprovação deste Anteprojeto de Lei como quadro específico significa definitivamente consolidar o ingresso, por concurso público, em carreira exclusiva da saúde, atividade-fim do Estado, garantindo a efetivação e implementação da formação profissional dentro da referida carreira.

Com a implantação desta medida, haverá uma maior valorização da progressão da carreira, pela qualificação profissional dos trabalhadores e pela avaliação de desempenho dentro da atividade que exerce, resultando em inegável melhoria na qualidade da saúde.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.899.854-5



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## REQUERIMENTO

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO  
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.  
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES DATA  
PRESIDENTE

30 JUN 2014

SENHOR PRESIDENTE,

**Sumula:** Requer a transformação das Sessões Plenárias de 1º de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira, dia 1º de julho, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 265, 303, 306, 308, 309, 310 e PLC 03/2014, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 30 de junho de 2014.

15:07 30/06/2014 063395 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*[Assinaturas manuscritas dos deputados com circulações numeradas:]*  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

- 1 - Plauto Miro
- 2 - Hermas Brandão Jr.
- 3 - Evandro Jr.
- 4 - Tercílio Turinir
- 5 - Rose "Citro"
- 6 - Stephanes Jr.
- 7 - Ademir Bier
- 8 - Cheida
- 9 - Nereu Moura
- 10 - Alexonde Curi
- 11 - Carlo Quintana
- 12 - Jonas Guimarães
- 13 - Teruo Kato
- 14 - Francisco Buhner
- 15 - Ademir Traiano
- 16 - Duilio Genari
- 17 - Bernardo R. Corli
- 18 - Nelson Justus
- 19 - Douglas Fabricio



**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/14**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

**Em, 16 JUN. 2014**

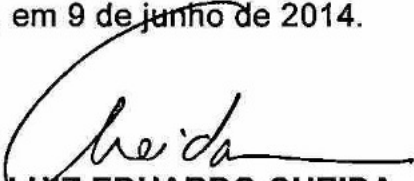
**1º Secretário**

Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 108, de 20 de setembro de 2011 e suas conclusões.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 2014.

  
**Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
Presidente da Comissão Especial

  
**Deputado TADEU VENERI**  
Relator da Comissão Especial



## JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, Regimento Interno desta Assembleia ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Luiz Eduardo Cheida, protocolado sob o nº 6732/2011-DAP, de 29 de agosto de 2011 e constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 108, de 20 de setembro de 2011.

(dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. (Médico e Engenheiro Civil). Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. 04) Projeto de Lei nº 167/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 346/14-GP, que propõe alteração da simbologia e do valor da função comissionada de Secretário de Sessão de Julgamento prevista no Anexo I e II da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013, de FC-15 para FC-11, e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Pr. Edson Praczk. 05) Projeto de Lei nº 168/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 347/2014-GP, que propõe a criação de uma vara judicial no foro regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. 06) Projeto de Lei nº 169/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 348/2014-GP, que propõe a criação de uma Vara Judicial na Comarca de Ivaiporã, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado WALDYR PUGLIESI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 170/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 349/2014 – GP, que propõe a criação de uma Vara Judicial na Comarca de Santo Antônio da Platina, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado WALDYR PUGLIESI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES  
Presidente

Wilson Penka  
Secretário

54127/2014

Comissão de Finanças

## 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Enio Verrí, Waldyr Pugliesi e Pr. Edson Praczk. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 186/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público – Ofício nº 776/14, que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Adiado. 02) PROJETO DE LEI Nº 188/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 023/14, que incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) PROJETO DE LEI Nº 190/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 025/2014, que acrescenta inciso XI ao art. 6º da Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011. Relator Deputado ENIO VERRI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2013, de autoria do Deputado Tercilio Turini, que acresce o § 3º ao art. 24 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995. Relator Deputado ENIO VERRI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, com Emenda Modificativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES  
Presidente

Wilson Penka  
Secretário

54129/2014

Comissão de Finanças

## 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Enio Verrí, Wilson Quinteiro, Francisco Bührer e Pedro Lupion. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Wilson Quinteiro pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 186/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público – Ofício nº 776/14, que transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado WILSON QUINTEIRO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 189/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/2014, que altera de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/2014, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº 17.025, de 2011, e adota outras providências. (A Lei trata do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR). Relator Deputado ELIO RUSCH. Adiado. 03) Projeto de Lei nº 203/2014, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 458/2014, que inclui o inciso II no § 1º do artigo 4º da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2013, e cria uma função comissionada de Supervisor de Secretária nos Juizados Especiais de entrância final com cargo de Secretário provido. Relator Deputado ROBERTO ACIOLLI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Em razão da ausência do Relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Wilson Quinteiro. O Deputado Enio Verrí solicitou a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 213/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 30/2014, que altera dispositivos que especifica da Lei nº 13.803 de 23 de setembro de 2002,

que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE. O Presidente da Comissão aceitou o solicitado. O Relator Deputado ENIO VERRI apresentou o Parecer FAVORÁVEL, sendo o mesmo APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES  
Presidente

WILSON PENKA  
Secretário

54132/2014

## Comissões Especiais

COMISSÃO ESPECIAL PARA AVERIGUAR A GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE DE LONDRINA  
RELATÓRIO FINAL

## I. A COMISSÃO

A partir de denúncias de corrupção apresentadas na Câmara Municipal de Londrina, no primeiro semestre de 2011, envolvendo a gestão municipal na Secretaria Municipal de Saúde, o Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida requereu no Plenário da Assembleia Legislativa instauração de Comissão Especial para apurar eventuais irregularidades.

Os trabalhos da Comissão justificavam-se em razão de que a Secretaria Municipal de Saúde recebera recursos do Tesouro do Estado, para aquisição de remédios e vacinas. As denúncias eram resultado do verdadeiro caos em que se encontrava a saúde no município de Londrina, amplamente propalado pelos meios de imprensa do Estado e do Município, diuturnamente, por mais de 3 (três) meses: Sistema de Internação Domiciliar reduzindo suas equipes de 35 (trinta e cinco) para 18 (dezoito); Programa Médico da Família sendo extinto; o repasse de recursos aos hospitais interrompido e medicamentos e vacinas descartados, sem uso.

Em 29 de agosto de 2011, em consonância aos requisitos do art. 35 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, foi protocolizado e aprovado em Sessão Plenária o Requerimento nº 38/2011 solicitando a criação de Comissão Especial com a finalidade de averiguar a gestão pública da saúde em Londrina.

Constituída e instalada em 20 de setembro de 2011, a Comissão Especial teve duração de 100 (cem) dias e término em 29 de março de 2012.

O ato de constituição foi publicado na Edição nº 108, 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, do Diário Oficial do Paraná – Assembleia Legislativa sob o nº 021/2011. A Comissão foi composta por 07 (sete) Deputados Estaduais, conforme o coeficiente partidário, garantindo o previsto no art. 27 do Regimento Interno:

Art. 27. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Os Parlamentares indicados pelos líderes ou blocos, e designados pelo Presidente, nos termos dos parágrafos do art. 34 do Regimento Interno:

- Presidente – Luiz Eduardo Cheida / Suplente – Waldyr Pugliesi;
- Relator – Tadeu Veneri / Suplente – Jonas Guimarães;
- Membro – Evandro Júnior / Suplente – Bernardo Carli;
- Membro – Gilson e Souza / Suplente – Elio Lino Rusch;
- Membro – Nelson Luersen / Suplente – Professor Lemos;
- Membro – Pedro Lupion / Suplente – Leonardo Parnianos;
- Membro – Terezo Kato / Suplente – André Bueno.

## II. OS TRABALHOS

Em 26 de setembro de 2011 o presidente da Comissão Especial oficiou ao então Diretor Legislativo desta Casa, Senhor Mauro Ribeiro Borges, solicitando serviços de copa e taquigrafia para a reunião ordinária que se realizaria no dia 05 de outubro daquele ano.

Os 6 (seis) membros titulares da Comissão Especial foram convocados para a referida reunião com a seguinte pauta:

- Resumo da situação da gestão da saúde no município;
- Calendário das reuniões, e metodologia de trabalho;
- Diligências iniciais necessárias.

Em 18 de outubro de 2011 nova reunião decidiu pela solicitação à Prefeitura de explicações acerca de 29 (vinte e nove) quesitos relacionados à saúde pública.

Decorridos mais de 60 (sessenta) dias da constituição da Comissão, a Prefeitura de Londrina não respondeu a nenhum dos quesitos solicitados. A explicação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para a morosidade no atendimento da solicitação foi a de que suas diretorias estavam sendo remanejadas. Ao mesmo tempo, a Secretaria informou que os quesitos seriam entregues até o final de 2011.

O fato comprometeu os trabalhos da Comissão, que teria à época 20 (vinte) dias para analisar toda a documentação e elaborar o relatório final.

O não atendimento por parte da Secretaria de Saúde de Londrina culminou em um pedido de prorrogação do tempo de vigência da Comissão por mais 50 (cinquenta) dias.

Em que pese o pedido de prorrogação ter sido aceito, a resistência ao atendimento solicitado não permitiu à Comissão concluir com êxito os seus trabalhos.

## III. CONCLUSÃO

Exaurido o segundo prazo estipulado, sem que houvesse a devida cooperação por parte da Prefeitura Municipal de Londrina, a Comissão Especial encerrou os seus trabalhos, não antes de solicitar ao Ministério Público de Londrina, na pessoa do Promotor Público de Londrina, Dr. Paulo Tavares, a apuração dos fatos denunciados pela Comissão Especial, bem como o respectivo encaminhamento judicial das ações que se fizessem necessárias.

E o relatório final.

Curitiba, 28 de maio de 2014.

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente da Comissão Especial  
para averiguar a gestão pública da saúde de Londrina

54139/2014